

RELATÓRIO DE PESQUISA DO DOCUMENTÁRIO
O (QUASE) CONSELHO LGBTI+ DE MARINGÁ
Segmento Artístico Cultural Audiovisual

**Investigação acerca do projeto de lei de criação do Conselho
Municipal LGBTI+ de Maringá e da sua repercussão.**

Research regarding the proposed law—and its repercussion—that would create
a LGBTI+ Municipal Council in the city of Maringá in Brazil.

Investigación sobre el proyecto de ley de creación del Consejo Municipal
LGBTI+ de Maringá-Brasil y su repercusión.

**O (QUASE)
CONSELHO
LGBTI+
DE MARINGÁ**

Marcus da Silva Carr

Gusta Valim Rossi

Versão 2

Novembro de 2022

Maringá, Paraná, Brasil

Sumário

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | Introdução | 2 |
| 2 | Resumo | 3 |
| 2.1 | Resumo | 3 |
| 2.2 | Abstract | 3 |
| 2.3 | Resumen | 3 |
| 3 | Metodologia | 4 |
| 4 | Apresentação dos dados | 5 |
| 4.1 | Motivos por trás da criação | 5 |
| 4.2 | Processo de elaboração do projeto da lei | 6 |
| 4.3 | Recepção do Poder Executivo | 9 |
| 4.4 | Apoio de instituições externas | 11 |
| 4.5 | Recepção do Poder Legislativo | 12 |
| 4.6 | 1º discussão na Câmara Municipal de Maringá | 15 |
| 4.7 | Manifestações e reações públicas | 16 |
| 4.8 | Adiamento da 2º discussão | 21 |
| 4.9 | Análise das críticas ao projeto de lei | 21 |
| 4.9.1 | O caráter fiscalizador permitiria ao conselho patrulhar e perseguir o pensamento e a conduta de pessoas e igrejas. | 21 |
| 4.9.2 | O caráter deliberativo permitiria ao conselho impor diretrizes na cidade. | 23 |
| 4.9.3 | O conselho não deveria atuar na educação para não implantar a ideologia de gênero nas escolas da cidade. | 25 |
| 4.9.4 | Seria melhor criar um Conselho de Direitos Humanos para defender os direitos de toda a população. Defender os interesses de apenas um segmento seria discriminatório. | 27 |
| 4.9.5 | O conselho seria antidemocrático já que há garantia de vagas para cada um dos segmentos e preferência por pessoas autodeclaradas LGBTI+. | 28 |
| 4.9.6 | O conselho seria partidário. | 29 |
| 4.9.7 | O conselho não é necessário; políticas públicas para pessoas LGBT já podem ser abordadas em outros conselhos. | 30 |
| 4.9.8 | O conselho iria criar mais gastos públicos, em um momento de crise. | 31 |
| 4.10 | 2º discussão na Câmara Municipal de Maringá | 33 |
| 4.11 | Movimentação pós rejeição | 34 |
| 4.12 | Reflexões sobre o que poderia ter sido feito | 36 |
| 4.13 | Dicas para quem for implementar algo similar | 37 |
| 5 | Conclusões | 39 |

1 Introdução

No dia 17 de agosto de 2021, o Projeto de Lei Ordinária 16058/2021 que “dispõe sobre a criação, composição e estruturação do Conselho Municipal de Direitos LGBTI+ ” foi aprovado por 10 votos a 3 na 1º discussão na sessão da Câmara Municipal de Maringá (CMM).

Esse projeto de lei propunha a criação de um órgão “colegiado de natureza deliberativa, consultiva, fiscalizadora e propositiva” com o objetivo de “formular e propor, dentro de suas atribuições, políticas públicas de promoção dos Direitos Humanos das pessoas LGBTI+, visando a promoção da igualdade substancial e a eliminação da discriminação e de toda e qualquer manifestação atentatória e discriminatória em razão de orientação sexual e/ou identidade ou expressão de gênero”.

No dia 18 de agosto, 20 emendas foram protocoladas para este projeto de lei. Na sessão da câmara no dia seguinte iria ocorrer a 2º discussão do projeto, porém, por 10 votos a 4 essa discussão foi adiada por 4 sessões. Algumas das justificativas apresentadas para o adiamento foram ter mais tempo para analisar as emendas, e adequar o texto de modo a atender às preocupações de pessoas que criticaram o projeto.

Em uma manhã de altas tensões na CMM no dia 2 de setembro, manifestantes favoráveis e contrários ao projeto de lei se reuniram dentro e fora da câmara para acompanhar a 2º discussão, que teve como resultado a rejeição do projeto por 10 votos a 4.

Buscando entender como se deram as movimentações que originaram e depois rejeitaram o projeto de lei do Conselho Municipal LGBTI+ surgiu o projeto de documentário "O (quase) conselho LGBTI+ de Maringá". Os objetivos deste projeto são entender os objetivos, potenciais impactos, e processo de criação do projeto de lei de criação do conselho; entender o que são, e como funcionam conselhos municipais; entender quais foram, e como se deram as principais manifestações da sociedade maringaense em relação ao projeto.

Para atingir esses objetivos, realizamos entrevistas com pessoas ligadas ao movimento de criação deste conselho, pessoas vereadoras da cidade, pessoas ligadas à prefeitura, pessoas ligadas a Conselhos Municipais LGBTI+ de outros municípios. Este relatório de pesquisa apresenta as informações que obtemos.

2 Resumo

2.1 Resumo

A partir de entrevistas, documentos, e informações públicas esse projeto de pesquisa busca fazer um retrato histórico dos acontecimentos envolta do projeto de lei de criação do Conselho Municipal de Direitos LGBTI+ de Maringá. Registramos a motivação e o processo de criação da ideia do projeto, como foi recebido pelo poder executivo da cidade, como os membros do poder legislativo reagiram ao projeto e às pressões dos diversos segmentos da sociedade, um apanhado geral das manifestações que ocorreram no debate público, e como se deu a movimentação dos organizadores do projeto após a sua rejeição.

Palavras-chave: Conselho Municipal. Direitos LGBTI+. Participação política.

2.2 Abstract

Based on interviews, documents, and public information, this research project seeks to make a historical portrait of the events surrounding the bill to create the Municipal Council for LGBTI+ Rights in Maringá. This work records the motivation behind the project and its creation process, how it was received by the city's executive power, how the members of the city's legislature reacted to the project and to the pressures from the different segments of society, an overview of the manifestations that occurred in the public sphere, and how the project's organizers acted after its rejection.

Keywords: City Council. LGBTQ+ rights. Political participation.

2.3 Resumen

A partir de entrevistas, documentos e información pública, este proyecto de investigación busca hacer un retrato histórico de los acontecimientos que rodearon el proyecto de ley de creación del Consejo Municipal de Derechos LGBTI+ en Maringá. Registramos la motivación y el proceso de creación de la idea del proyecto, cómo fue recibido por el poder ejecutivo de la ciudad, cómo reaccionaron los miembros del legislativo al proyecto y a las presiones de los diferentes segmentos de la sociedad, un panorama de las manifestaciones que ocurrido en el debate público, y cómo se movieron los organizadores del proyecto tras su rechazo.

Palabras clave: Consejo de la ciudad. Derechos LGBTI+. Participacion politica.

3 Metodologia

Para o desenvolvimento do documentário e deste relatório realizou-se uma pesquisa de arquivos de disponibilidade pública: as gravações das sessões da Câmara Municipal de Maringá; o texto integral, as emendas, e o parecer jurídico do projeto de lei nº16058/2021; redes sociais de pessoas, representantes políticos, e entidades relacionadas ao projeto de lei.

Para a busca do entendimento do processo de criação do projeto de lei aqui analisado, foram realizadas entrevistas com pessoas da sociedade civil organizada: Carolina Cleópatra, Fran Rocha, Hebert Villela, Luiza Beltran, Paula Jéssica. Também foram entrevistadas as seguintes pessoas: a Vereadora Professora Ana Lucia; o procurador jurídico da Câmara de Maringá, Oda-cir Cristovan; o gerente de diversidade da Prefeitura de Maringá, Saulo Gaspar. As entrevistas foram gravadas no município de Maringá, no formato presencial, entre os dias 7 e 11 de março de 2022. As perguntas foram preparadas antes da entrevista.

Entramos em contato com 7 vereadores, que votaram contrariamente ao projeto de lei, buscando entrevistá-los: 3 disseram que não tinham interesse; 4 não responderam. Entramos em contato com um representante da sociedade civil que se manifestou contrariamente à criação do conselho, porém não obtemos resposta. Não foi possível entrar em contato com outros representantes da sociedade civil contrários à criação do conselho devido à falta de recursos materiais e humanos deste projeto.

4 Apresentação dos dados

4.1 Motivos por trás da criação

Para Luiza Beltran—advogada, co-presidente da associação *Nenhuma a menos*, vice presidente da *CDSG-OAB (Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB Maringá)*, membra da *Comissão de Igualdade Racial da OAB Maringá*—a motivação de criação de um conselho surgiu da percepção da necessidade de se criar um espaço para discutir e desenvolver políticas públicas que alterassem a estrutura LGBTfóbica de nossa sociedade: “Porque quando a gente participa desses locais que recebem denúncias, ou quando a gente faz estudos numéricos com a população LGBT a gente vê os índices de violência contra essas populações, as causas de opressão, as causas de exclusão de tornar essas pessoas periféricas, a gente vê que atender cada uma dessas denúncias uma por uma, é um trabalho importante, é resistência, mas é um trabalho que a gente acaba enxugando gelo. Porque a questão da LGBTfobia ela é estrutural, ela não é conjuntural, ela não é de uma situação em específico. Não são casos isolados. Mas ela é toda uma estrutura que leva a sociedade a ser LGBTfóbica, certo. Então a gente entendeu que a gente só poderia diminuir esses números, a gente poderia melhorar realmente essa situação por meio de políticas públicas. E não é só para a população LGBT, também é para a população negra, também é para a população indígena, também é para as mulheres em geral, então a gente precisa de pessoas pensando em políticas públicas voltadas para essas populações. Senão a gente não vai ver esses índices melhorarem. Índices de violência, índices de empregabilidade, coisas importantes para essas populações estarem realmente incluídas e representadas na nossa sociedade”. [9]

Luiza afirma que a percepção da necessidade de se criar um conselho veio da atuação da *CDSG-OAB*: “Então vendo com a nossa própria atuação vendo que a gente não podia só ficar enxugando gelo, recebendo uma denúncia aqui, ou fazendo uma ação informativa num lugar muito pontual, a gente almejava isso para ver realmente um lugar, um espaço em que as pessoas LGBT pudessem estar representadas, pudessem estar levando políticas públicas para serem implementadas no município, pudessem estar dialogando também com outros conselhos a nível estadual. Então a foi da nossa própria atuação que a gente percebeu a necessidade desse conselho.” [9]

Para Fran Rocha, ex-presidente da *CDSG-OAB* e presidente do *COMDIPLGBTI+ (Conselho Maringaense de Defesa dos Direitos da População LGBTI+)*, a criação de um conselho traria visibilidade para as demandas da população LGBTI+: “O projeto ele é fundamental, primeiro para a visibilidade. Nós temos diversos conselhos municipais. E a proposta desses conselhos de fomento de políticas públicas, de implementação de políticas públicas é justamente discutir, ser um meio em que a população possa discutir com o poder público aquilo que lhe é mais sensível. São conselhos segmentados, então nós temos o Conselho da Mulher, da Igualdade Racial, temos uma série de conselhos aqui em nossa cidade. Cada conselho, ele tem justamente essa função de dialogar, de criar esse diálogo. E é como se fosse um meio efetivo, um meio

de participação direta e efetiva em que a sociedade civil realmente pode fazer parte, sentar à mesa e participar dos atos decisórios da gestão. Participar como? Dando encaminhamentos e sugestões e apontando quais são as deficiências, ou quais são as dificuldades e onde a gente pode ou não, deve ou não fazer melhorias e modificações ou se atentar realmente para a falta do poder público na propositura e na efetivação das políticas públicas.” [57]

Fran também afirma que o conselho seria uma ferramenta de efetivação da igualdade material, como previsto pela Carta Magna: “A Constituição Federal ela preconiza que é dever do Estado, e todos os seus entes federativos, a promoção da igualdade, combate à discriminação, preconceito, e intolerância. Então o papel desse conselho é fundamental. É a sociedade civil articulada, do segmento LGBTI, claro, porque nós somos segmentados. A gente fala sobre políticas identitárias o tempo todo. Para que essas políticas públicas fossem implementadas, para que nós tivéssemos um olhar para a população LGBT. É uma população que tem suas especificidades, têm suas demandas. Então essa era a grande importância. Por isso é lamentável que não tenha passado, o projeto não tenha sido aprovado. Porque a grande pauta é a proposição da igualdade. São instrumentos para que a igualdade formal e material, principalmente material, seja de fato efetivada. Então foi lamentável que não tenha sido aprovada. Algo que só traria benefícios para a população.” [57]

Para Jéssica Magno—estudante de pedagogia, coordenadora da ONG *Resistrans*, vice-presidente do *COMDIPLGBTI+*, membra da *ONG Maria do Ingá*, secretária de mulheres do *setorial do PT de Maringá*, membra da *UNA LGBT (União Nacional LGBT)*—ter políticas públicas voltadas para seu segmento é um direito de cada ser humano. Jéssica afirma que ter um conselho resultaria em uma comunicação mais efetiva com o poder executivo: “A importância ela é bastante relevante. Por que? Dentro do conselho nós deliberamos e discutimos políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+. Então o que acontece? O conselho ele contextualiza isso, e leva para o Poder Executivo e o Poder Executivo ele executa. Nós teríamos um papel fiscalizador, um papel de conselho, e também teríamos um papel de fundamentadores de ideias. Nós não queríamos de maneira alguma como foram colocadas várias fake news que nós iríamos adentrar à igrejas, proibir pastores de pregar e essas coisas a demais. Então a importância maior do conselho seria dar dignidade à população LGBTQIA+ de Maringá. Principalmente aos corpos trans que dentro do recorte da sigla é o segmento que mais sofre, é o que mais morre, é o que mais passa por violência entre outras coisas referente à questão de políticas públicas.” [23]

4.2 Processo de elaboração do projeto da lei

Para Luiza Beltran, o processo de criação do conselho possibilitou uma maior aproximação entre as diversas entidades que atuam na causa LGBTI+ no município de Maringá: “A gente tentou fazer um movimento bem plural e até foi interessante esse movimento porque a gente acabou conseguindo unir as várias entidades que a gente tem (LGBT) aqui em Maringá. Porque a gente tem várias entidades voltadas para isso em Maringá. Mas elas ainda estavam muito

esparsas, cada uma atuando ali na sua letrinha, cada uma atuando num lugar num canto. E aí a gente fez o texto dentro da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero com base nos outros conselhos municipais que a gente tinha, inclusive com base no Conselho Municipal se eu não me engano de Imigrantes que foi criado ali na mesma época. A gente pegou aquele texto, estudou, viu o que era compatível com a nossa realidade, o que que era benéfico. Pensamos nas cadeiras governamentais, não governamentais. E aí feito um texto base a gente convidou várias entidades que atuam na causa LGBT+ para discutir sobre esse texto. Olha o que vocês acham? Tá bom? Não tá bom? Para a gente ter realmente o diálogo com essas pessoas. E isso foi muito fortalecedor para nós. Porque por mais que a gente tenha inúmeras divergências, sempre vão existir divergências, a gente conseguiu encontrar um ponto comum, um projeto comum. Então isso nos uniu demais. E aí passada essa primeira fase de discussão sobre o texto, tiveram diversas reuniões, todas online, na época era impossível se encontrar presencialmente, mas a gente teve muitas reuniões online, usamos muito a ferramenta do WhatsApp para discutir, ferramenta de Google Drive para todo mundo poder dar seu pitaco, e aí a gente chegou no texto final que a gente entregou para a câmara de vereadores. Na verdade, a gente entregou para o prefeito, para o prefeito entregar para a câmara de vereadores.” [9]

Fran Rocha contextualizou a atuação das gestões da CDSG-OAB: na 1º gestão buscou “se mostrar para a advocacia”, tendo esse objetivo “relativamente alcançado”; na 2º gestão o objetivo foi “fazer uma maior conexão com os movimentos sociais”, captando denúncias e dando vazão às demandas; na 3º gestão o objetivo foi ter uma “atuação pautada mais em advocacy”, buscando “achar meios para que nós construíssemos políticas públicas”. Nesta 3º gestão da CDSG, em que Fran Rocha foi presidente, uma das ações em 2019 foi “tentar dialogar com o Legislativo e o Executivo, e começamos a fazer alguns projetos, inclusive de capacitação em parceria com a Secretaria da Saúde e a Resistrans”. Em 2020, com a chegada da pandemia houve uma desacelerada na atuação da comissão. Em 2021, houve um retorno com projetos como o da “propositura de uma lei de enfrentamento a LGBTfobia aqui no nosso município com a aplicação de multas pros atos de preconceito e discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero e expressão de gênero, que inclusive deve estar tramitando”, e “a pauta do conselho”. [57]

Fran afirma que devido à rejeição do projeto de lei que legislava sobre o uso do nome social em 2020, houve um fortalecimento para fazer com que o projeto de criação do Conselho LGBTI+ fosse concretizado. Segundo Rocha, “Nós conseguimos organizar as associações, os grupos de estudo, as entidades, enfim, todas as pessoas que já são atuantes aqui em Maringá. Porque nós temos vários movimentos sociais em defesa da população LGBT aqui no nosso município. Então nós conseguimos fazer essa articulação e de uma maneira muito horizontalizada, nós trabalhamos na produção desse material e dessa legislação. Fizemos, claro que a técnica legislativa era das advogadas e dos advogados que compunham o grupo, e nós discutimos a possibilidade do que seria ou não incluído nesse texto da lei com a comunidade, com os grupos organizados. Quando o texto ficou finalmente pronto, então nós marcamos uma reunião com

o Executivo, com o prefeito, apresentamos essa demanda onde participaram todas as entidades que estavam reunidas, mais de 10 de entidades reunidas, todas participaram para pedir para que o Executivo enviasse esse projeto de lei para que o Legislativo pudesse enfim votar o projeto da lei.” Sobre o resultado desse trabalho a advogada afirma: “Então o texto ficou absolutamente bem fundamentado. Nós fomos muito criteriosos nas análises, fizemos o cotejo também com os outros conselhos LGBTI municipais e estaduais. Mas infelizmente nós não conseguimos a aprovação desse projeto, sobre as mais variadas argumentações e narrativas que não condizem com direito, com a realidade, com qualquer tipo de fato jurídico, algo que realmente foi lamentável. Foi essa a nossa construção.” [57]

Hebert Villela—advogado, servidor público da *Prefeitura de Maringá*, membro da *UNA LGBT*, membro da *CDSG-OAB*, e membro do *COMDIPLGBTI+*—afirma que antes da tentativa de criação do conselho municipal, foi demandado à Prefeitura na elaboração do plano diretor de Maringá que fosse criado “algum espaço para a população LGBT na administração pública. Seja ela gerência, secretaria, diretoria alguma coisa que atendesse a demanda.” Como resultado dessa demanda “E para nossa surpresa em 2021 foi criado essa gerência.”.

Membros da *CDSG-OAB* se reuniram com Emmanuel Predestin, secretário da pasta em que está embarcada a pasta da gerência de diversidade, e com o superintendente Guilherme Mariucci buscando apresentar um documento com 3 principais demandas—criação do conselho, algo relacionado ao nome social, e aplicação de “multa administrativa para quem praticasse LGBTfobia em ambientes comerciais”—para que “a gerência pudesse atuar logo de imediato”. “Mas a primeira demanda que a gerência da diversidade começou a atuar foi um mapeamento da população LGBT de Maringá. Como a gente não tem um censo para essa população, não só a Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero, mas a própria secretaria por meio da gerência entendeu que seria necessário saber quantas pessoas, quem são essas pessoas, qual que é a renda dessas pessoas, quais são as demandas dessas pessoas. Então durante o primeiro trimestre, quadrimestre de 2021 foi realizado esse mapeamento. E a partir de então a gente veio demandando da gerência, daí veio o gerente Saulo ocupar o cargo, então abriu-se um pouco mais as portas para conversar com a gente e a gente passou a construir o projeto de lei da criação do conselho”, afirma Hebert. [65]

Villela afirma que o projeto do conselho foi elaborado pela *CDSG-OAB* com contribuições e avaliações dos diversos movimentos sociais presentes no município. Para a entrega do projeto de lei para o poder executivo, o advogado diz que “foi marcada uma reunião com prefeito Ulisses Maia, onde estiveram presentes todos os representantes desses movimentos, vereadores como a professora Ana Lúcia, o Vereador Mário Verri, e o pessoal da gerência e da secretaria, onde a gente apresentou essa proposta para que o Executivo desse andamento na proposta da criação de conselho.” [65]

Sobre o processo de definição de quais segmentos da sigla *LGBTQIA+* iriam compor o projeto de lei, e o porquê da falta de incluir representantes assexuais, aromânticos, e queer Hebert Villela responde o seguinte: “O projeto de lei, na verdade, não definiu todas as letras.

Falou que deveria ter representantes de todas as letras. Então conforme fosse aparecendo, se o conselho fosse constituído, iam sendo direcionados. Então se eu sou do movimento de pessoas assexuais e aromânticas, então teria lá uma cadeira para pessoas A, entendeu? Só que em Maringá, quando a gente fez toda a movimentação para a criação do conselho, a gente não tem movimentos específicos para certas letras. A gente tem movimentos que abarcam ou todos os movimentos, todas as letras, a gente tem movimentos que às vezes defendem uma letra outra. A gente não tem um movimento de pessoas intersexo, por exemplo. Então a gente teria que estar sendo ocupado por um movimento que é global, de todos os movimentos, e que talvez ali teria uma pessoa intersexo que poderia representar o seu segmento, entendeu? Porque ainda é muito prematuro o movimento de certos segmentos. De pessoas intersexo por exemplo, de pessoas assexuais, as pessoas queers. [...] Mas quando a gente propôs criar e dar uma cadeira para cada um dos segmentos, seria poder atender aqueles que existem e poderiam vir a existir. Pensando aí em pessoas demissexuais, pessoas gênero-fluido. Então a gente queria que todos pudessem estar ali sendo representados.” [65]

4.3 Recepção do Poder Executivo

O gerente de diversidade da Secretaria de Juventude e Cidadania da Prefeitura de Maringá, Saulo Gaspar, afirma que com a criação de seu cargo houve uma facilitação da tramitação do conselho: “O projeto proposto para a criação do Conselho LGBTI+ é uma demanda antiga dos movimentos sociais organizados LGBTI+ de Maringá. Então com a criação da gerência, entendemos que nós teríamos mais força para poder fazer toda a parte de articulação para que de fato a ideia do projeto pudesse ser tramitado, e que pudesse ser de fato discutido o projeto de lei. Nós nos reunimos em alguns encontros com os movimentos sociais, discutimos, analisamos, corrigimos os textos. Como que a gente poderíamos estar desenvolvendo aquele projeto para chegar na câmara. Então, a gerência diversidade teve um papel fundamental junto com os movimentos sociais para que fizesse essa parte de articulação por ser do Executivo, a gerência de diversidade.” [18]

Saulo também detalha como foi o processo da tramitação deste projeto dentro do poder executivo: “A tramitação do projeto da criação do Conselho LGBTI+, primeiro ela passou pela Secretaria de Juventude e Cidadania. Abre-se um processo, para poder encaminhar para a Secretaria de Governo, passar pelo chefe de gabinete, ali faz análise, estudo, dá a ciência da proposta do projeto. E aí é encaminhado para a PROGE, a Procuradoria Geral do município. E ali vai ser verificada a parte jurídica desse processo, avaliar todo o contexto, as cláusulas, os interesses ali do conselho, né? De toda a proposta. Então ali da PROGE ele tramita. Então eu fiz aquela articulação também, eu como gerente de diversidade, fui lá, fui articular, verificar como é que estava a análise deste projeto. Para a gente poder caminhar de forma muito rápida e dar essa resposta para a sociedade LGBTI+, que tem mais interesse na criação do projeto, e que também apontou no mapeamento que queria essa política pública para o município. Então da PROGE,

tramitou para a Secretaria de Governo para dar todos os avais, todas as partes burocráticas de tramitação. E lá da Secretaria de Governo foi encaminhado para a câmara dos vereadores. Lá na câmara de vereadores, passa ali por todas as comissões, também, para que possa de fato chegar o projeto de lei para ser discutido em primeira, segunda, terceira discussões. E esse é o processo que se tramitou para chegar na câmara dos vereadores.” [18]

Hebert Villela afirma que o Executivo realizou apenas pequenas modificações no texto do lei apresentado a eles: “Sim, após que a gente passou a nossa sugestão de projeto de lei eles analisaram e fizeram as sugestões deles. Foram poucas alterações. Eles fizeram adequações mais alí da parte jurídica do Executivo, se era permitido, não era permitido. Porque tem todo um trâmite dentro da prefeitura depois que esse projeto de lei passa, a gerência analisa, aí passa para a parte jurídica e para a parte financeira, que é a secretaria da fazenda, para ver se não vai ter um impacto financeiro para o município, para aquilo. Então fizeram as sugestões, mas foram poucas sugestões, e logo foi encaminhado para a câmara. Logo não, demorou um tempo ali uns 3-4 meses.” [65]

Segundo Villela, o Executivo se mostrou receptivo a esse projeto de lei, e tinha a expectativa que seria aprovado na Câmara: “Aparentemente o Executivo se mostrou muito solícito para com a nossa demanda. Pré essa reunião, tinha sido aprovada a lei do Conselho dos Imigrantes, então o prefeito Ulisses Maia entendeu que como a lei dos imigrantes tinha passado a nossa lei também passaria com tranquilidade, desde de que não tivesse nenhuma cláusula que eles fossem contrário. Então o Executivo sempre [se] mostrou muito receptivo. Até então se mostrava que ia dar apoio, que ia mandar para câmara e ter apoio lá na câmara. Mas assim, o apoio formal do Executivo em reunião, em mensagem trocada com pessoal do Executivo ocorreu. Entretanto, a gente sabe que esse apoio ele tem que ser um pouco mais incisivo para com a câmara. Se não tiver aquela negociação com os vereadores da câmara, não consegue aprovar.” [65]

Para Luiza Beltran, o Executivo foi bem receptivo ao projeto: “Olha o prefeito ele foi bem aberto a nossa demanda, sabe. Sempre que a gente conversou com ele, ele foi aberto a nos receber, ele foi aberto ao texto, a gente não teve problemas nesse sentido.” Apesar dessa receptividade, Luiza sente que faltou um apoio público maior: “A crítica que eu posso trazer aqui ao Executivo na época foi que ele não mostrou uma posição na hora do vamos ver ele não colocou: ‘olha eu prefeito estou apoiando o projeto.’ Que foi a nossa crítica no final. Ele entregou o projeto e falou: ‘olha agora é ao deus-dará, vocês que vão ver como vocês vão resolver’. É claro que tem a ver também com uma perspectiva própria dele. Porque se você for pensar na teoria da separação dos poderes, ele como Executivo, tem um limite ali que ele pode pressionar para uma aprovação no Legislativo ou não que aí vai depender da visão política dele. Mas nesse sentido, e aí eu posso falar de uma visão muito particular minha, que eu sei que outras colegas ali compartilham comigo, a gente se sentiu um pouquinho abandonada nesse sentido. Ele entregou o projeto e falou olha entreguei o projeto, mas publicamente ele nunca se colocou como favorável àquele projeto.” [9]

Beltran diz que consegue imaginar os motivos que dificultariam o Prefeito dar um apoio

público: “O que eu até entendo também de um outro ponto. Porque na primeira votação aconteceu tudo muito tranquilamente, mas na segunda votação começaram a acontecer fake news assim, desinformação da assim da pior espécie. Então eu imagino que para ele tivesse, não que eu concorde, mas eu imagino que para ele fosse uma situação delicada, para ele colocar alí o rosto dele na televisão e falar sou a favor desse projeto. Gostaria que ele tivesse feito isso, mas ao mesmo tempo entendo que ele deve ter tido ali os motivos dele e também não sei se essa aparição pública dele assim teria feito tanta diferença na aprovação do projeto.” [9]

4.4 Apoio de instituições externas

A *Comissão de Direito Homoafetivo e Gênero do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito das Famílias)* assinou uma carta destinada à *CMM (Câmara Municipal de Maringá)* em apoio à criação do conselho. Na carta, há uma contextualização do histórico de conquistas dos direitos da comunidade LGBTI+ no Supremo Tribunal Federal, afirmando que apesar disso ainda há um alto grau de violência no Estado do Paraná e no Município de Maringá, e por conta disso seria importante se ter esse conselho gestor de políticas públicas. A carta foi assinada por Maria Berenice Dias, Presidente da Comissão de Direito Homoafetivo do IBDFAM. [14]

A *Ordem dos Advogados do Brasil Subseção de Maringá*, por meio de sua *Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero*, assinou uma carta destinada à *CMM* em apoio à criação do conselho. A carta fala sobre “Da ausência de efetivação dos direitos das pessoas LGBTI+”, afirmando que: a Constituição Federal e a Constituição do Estado do Paraná tem como objetivo “a defesa dos direitos humanos, da igualdade, o combate a toda e qualquer forma de discriminação e a busca permanente do desenvolvimento e da justiça social”; o Supremo Tribunal Federal tem, a partir de seus julgamentos, garantido “formalmente à população LGBTI+, a igualdade, a liberdade e a justiça, bem como a tutela de seus direitos fundamentais e direitos da personalidade”; citando o dados de violência sofrido pela população LGBTI+, é dito que “o reconhecimento formal destes direitos não é suficiente para que se alcance a sua efetividade”, sendo necessário para tal “a elaboração de políticas públicas em âmbito municipal”. Outro ponto abordado pela carta foi “Da implementação de Conselho Municipal de Direitos da População LGBTI+”, onde é dito que conselhos municipais de políticas públicas são “protagonistas no processo de descentralização das políticas públicas, instrumentalizando o fortalecimento do processo de democratização local, por meio da criação de novas relações entre o Estado e a sociedade, possibilitando, deste modo, a participação e o acesso da sociedade civil às instâncias decisórias”; e concluindo que o projeto do conselho seria “um instrumento com potencialidade para lograr a efetivação dos direitos e das garantias do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero por meio de políticas afirmativas”. A carta foi assinada pela Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil subseção Maringá-PR, Ana Cláudia Pirajá Bandeira; e pela Presidente da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero, Francielle Lopes Rocha. [1]

O *COPED (Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Paraná)* emitiu uma nota pú-

blica em “Apoio à Criação de Conselho Municipal de Direitos LGBTI+ no Município de Maringá”. A nota afirma que os conselhos municipais são “protagonistas no processo de descentralização das políticas públicas” e “capazes de instrumentalizar e de fortalecer o processo de democratização local”. [15]

O *NUCIDH (Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos) da Defensoria Pública do Estado do Paraná* emitiu uma nota pública em “Apoio à Criação de Conselho Municipal de Direitos LGBTI+ no Município de Maringá”. Seu texto afirma: “Importante mencionar que a criação do Conselho Municipal visa, precipuamente, fortalecer o processo de democratização local, por meio da implementação de gestão descentralizada e participativa, possibilitando, deste modo, o acesso da sociedade civil às instâncias decisórias e, principalmente, a efetivação de direitos e garantias já reconhecidos por meio de políticas afirmativas”. A nota foi assinada pela Coordenadora do Núcleo da Cidadania e Direitos Humanos, Paula Grein Del Santoro Raskin. [11]

O *Núcleo LGBT do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos, órgão do Ministério Público do Estado do Paraná*, emitiu um ofício manifestando seu “integral apoio à criação do Conselho Municipal dos Direitos LGBTI+ no Município de Maringá”. O texto afirma: “Os conselhos municipais de direitos configuram-se espaços institucionais constitucionalmente adequados ao exercício da democracia direta, à promoção e fomento do respeito à diversidade e à inclusão, ampliando o controle social exercido pela sociedade civil. Da mesma maneira, viabilizam a discussão mais aprofundada e técnica sobre temas específicos e concorrem positivamente para a detecção das demandas dos grupos sociais vulnerabilizados, tais como a população LGBTI+, que necessitam de maior reconhecimento e representatividade.” O ofício é assinado por Olympio de Sá Sotto Maior Neto, Procurador de Justiça; e pelos Promotores de Justiça Rafael Osvaldo Machado Moura, Susana Broglia Feitosa de Lacerda, André Luiz de Araújo. [10]

Na página de Instagram *Coalizão LGBTI+ de Maringá* foi realizado, no mês de agosto de 2021, postagens evidenciando as instituições que apoiavam a criação do conselho. As 93 postagens mostravam instituições de âmbito municipal, estadual, e nacional. Essas manifestações de apoio eram de coletivos, ONGs, institutos, organizações políticas, grupos esportivos, grupos religiosos, grupos de ensino, sindicatos, comércios locais, entre outros. [29]

4.5 Recepção do Poder Legislativo

Para Hebert Villela, a criação do cargo da gerência de diversidade na Prefeitura de Maringá trouxe esperança em relação à efetivação das demandas da população LGBTI+. O advogado considerou isso como avanço em um momento onde ocorrem retrocessos à essas pautas em um cenário nacional. Villela afirma que a efetivação dessas demandas, porém, tem encontrado obstáculos: “Então até a elaboração da lei, o envio da câmara, a gente tava muito esperançoso, estava acreditando que poderia passar. Entretanto, um pouco tempo antes de ir para câmara, foi passado um outro projeto de lei lá que é do nome social, que é de iniciativa de um dos vereado-

res, que seria a implantação do nome social na esfera administrativa municipal de Maringá. E que foi rejeitado.” [65]

Hebert continua: “Então essa lei ela não foi compreendida pelos vereadores na época e seria para implantar dentro da prefeitura, da administração pública todos os cadastros [terem] o campo nome social e ela foi rejeitada. Com essa rejeição a nossa esperança com relação a criação do conselho ficou um pouco abalada. Porque se eles estão negando já uma pauta assim que é uma coisa tão simples de se entender, que seria o nome social, imagina um conselho que seria uma coisa muito mais complexa. Então a gente ficou um pouco meio receoso da pauta.” [65]

Luiza Beltran não imaginava que haveria tamanha comoção para um projeto que ao seu ver era tão simples: “Eu sempre digo que eu fui até um pouco ingênua assim, porque pra gente era muito simples, era um conselho municipal de políticas públicas voltadas à população LGBTQ+. Para a gente é muito claro que a população LGBTQ+ precisa de políticas públicas voltadas pra nós. Isso a gente consegue ver por dados estatísticos. Não sou eu que tô dizendo, são os dados estatísticos. Então a gente pensa, tem Conselho Municipal do Direito dos Animais, têm Conselho Municipal do Idoso, da Criança, da Saúde. É um conselho para discussão. Jamais imaginei que haveria a comoção que houve.” [9]

Ao perceber indícios da resistência ao projeto depois da 1º discussão na CMM, Beltran buscou conversar com os vereadores: “Tanto é que a primeira discussão foi muito tranquila, como eu falei, passou de 10 votos favoráveis contra 3 contrários. Eu só fui perceber o plot twist que a situação ia ter quando foi assim alguns dias antes da segunda votação, que aí a gente começou a receber as fake news que estavam circulando. E aí a gente começou a bater lá na porta dos vereadores para perguntar se tinha alguma alteração, se ia votar contra, se ia votar a favor, se tinha alguma dúvida em relação ao projeto. Porque muitas vezes pode acontecer do vereador, ‘olha não entendi direito esse ponto do projeto, vou voltar contra’. Então a gente buscava muito explicar o que que a gente queria dizer, deixar muito diálogo aberto.”

Nessas conversas, a advogada percebe que os vereadores estavam sofrendo pressões para rejeitarem o projeto do conselho: “E aí conforme a gente foi batendo ali nos gabinetes conversando de um por um a gente foi vendo, ‘olha a população tá aqui me pressionando’. E o que aconteceu muito é que os vereadores, eles eram, assim, constrangidos sinceramente. Muitos me mostraram assim o celular com centenas de mensagens copiadas e coladas, faziam um copia e cola da mensagem e mandavam, e mandavam. E falavam ‘porque isso você vai autorizar a pedofilia, porque você pode nunca mais contar com meu voto, eu vou destruir sua candidatura’. Então assim coisas pesadíssimas que eram passadas lá para os vereadores que eles mesmos mostraram ali pra gente. Então eu já sabia que fake news existia, eu já sabia que disparo em massa tinha se tornado uma estratégia política já, mas assim, eu vivenciei na pele isso assim.” [9]

Saulo Gaspar afirma que também buscou realizar uma articulação do projeto do conselho junto aos vereadores da CMM: “Eu lembro que nós tivemos em uma sessão na câmara, nós

levamos ali um representante da sociedade civil, dos movimentos sociais organizados, para que pudesse falar dessa importância do projeto, qual que era o objetivo, qual que era a atuação que esse conselho seria para o município, qual o benefício que seria para população LGBTI+, qual o alcance que isso seria para população. Então nós tivemos esse momento de fala na câmara para poder falar do projeto. Então nós tivemos algumas ações, algumas articulações para que os vereadores, vereadoras pudessem entender qual que era o objetivo desse conselho. Qual que é a proposta. Qual que é o alcance disso para o município.” [18]

A fala mencionada na Câmara ocorreu na sessão do dia 31 de agosto de 2021, e foi feita por Fran Rocha [52]. Outra ação realizada com a participação do gerente Saulo, foi uma live intitulada *A Importância de um Conselho Municipal de Direitos LGBTI+* no canal do YouTube da Prefeitura de Maringá no dia 27 de agosto de 2021 [47]. Participaram desta live Saulo Gaspar, Fran Rocha, e Maurício Domingos—advogado, presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB Maringá, e presidente do Conselho Municipal da Igualdade Racial de Maringá.

Fran Rocha diz ter buscado conversar sobre o projeto do conselho com todos os vereadores, e que eles haviam se mostrado favoráveis ao projeto inicialmente: “Sim, falamos com todos os vereadores, conversamos com todos, absolutamente todos os vereadores. Antes da primeira votação, depois da primeira votação, depois da suspensão. Os movimentos se articularam, nós fomos conversar com absolutamente todos. A maioria deles, por incrível que pareça, pelo resultado da votação, se mostrou muito favorável ao projeto, dizendo que eram favoráveis a leis que garantiam direitos à população vulnerabilizada, isso é um contra senso. Porque disseram em nossas reuniões que nós tínhamos esse apoio, mas quando foram pressionadas por um segmento ultraconservador, religioso, fundamentalista religioso, infelizmente cederam a essas pressões.” [57]

Rocha afirma que inclusive se reuniu com um grupo de religiosos da cidade para buscar explicar o projeto: “Mas o fato é que os vereadores sabiam, conheciam o projeto, inclusive nós tivemos reuniões com os vereadores contrários, e com um grupo de pastores da cidade de Maringá, justamente para explicar os pontos do projeto. Termos que eles levantavam como sendo polêmico na realidade eram termos técnicos, como por exemplo delegados para conferências estaduais, municipais. Delegado é um termo técnico, das pessoas que participam das conferências. Eles diziam que nós iríamos fiscalizar, os delegados iram fiscalizar a vida alheia, e como as pessoas criam os filhos em casa, e como a igreja deve ou não se posicionar, que o pastor não pode mais pregar sobre aquilo que acredita, teriam os delegados, enfim. Uma grande falácia. E infelizmente alguns vereadores, mesmo sabendo que essa era uma argumentação inexistente, uma possibilidade juridicamente inexistente, cancelaram esse posicionamento, inflamaram a população, fizeram discursos que realmente levaram a população a acreditar que haveria algum tipo de constrangimento ou de limitação do direito à liberdade de expressão.” [57]

4.6 1º discussão na Câmara Municipal de Maringá

A primeira discussão do projeto de criação do Conselho LGBTI+ de Maringá ocorreu no dia 17 de agosto de 2021. Na plateia, havia pessoas se manifestando favorável ao projeto do conselho. O projeto entrou na pauta do dia com a leitura das suas 2 propostas de emendas, de autoria da Vereadora Professora Ana Lúcia. [50]

No momento de discussão, o Vereador Mário Verri fala sobre como já se fazia algum tempo que um novo conselho não era criado na cidade, e que eles são instrumentos muito fortes. Mário afirma que é favorável ao conselho por considerar que é um espaço de discussão de direitos e deveres. Verri também comenta que havia recebido algumas mensagens contrárias ao projeto do conselho. [50]

Em seguida, o Vereador Flávio Mantovani fala que também recebeu mensagens de pessoas contrárias ao projeto. Flávio afirma que é favorável ao projeto do conselho devido à questão jurídica, e devido ao fato do conselho ser um instrumento que vai dar voz ao segmento LGBTI+ da população. [50]

Após Mantovani, a Vereadora Professora Ana Lúcia defendeu o projeto argumentando que com a Constituição federal de 1988, a esfera democrática passou de ser apenas representativa como também participativa; sendo o mais importante exemplo de instrumento de participação os conselhos. Adicionalmente, a professora justifica as suas 2 emendas ao projeto. [50]

Concluindo o momento de discussão, o Vereador Doutor Manoel Álvares Sobrinho, entre diversos relatos pessoais, defendeu o projeto e pediu votos de seus colegas. [50]

Com o fim das discussões, ocorreram as votações. As 2 emendas ao projeto foram aprovadas. Em seguida, o projeto foi aprovado por 10 votos a 3. Votaram a favor: Altamir Santos, Belino Bravin, Luiz Alves, Manoel Álvares, Flávio Mantovani, Cristian Maninho, Mário Verri, Onivaldo Barris, Paulo Biazon, Ana Lúcia. Votaram contrário: Cris Lauer, Rafael Roza, Sidnei Telles. O Presidente da Câmara, Mário Hossokawa, se absteu. [50]

Concluída a votação, o Vereador Sidnei Telles buscou justificar seu voto contrário. Telles afirmou que votou de acordo com a decisão de seu partido. Sidnei afirmou também que o projeto do conselho tem seu apelo, e que espera que ele possa ser um instrumento na luta pelo respeito e dignidade. [50]

Cris Lauer, também justificando seu voto contrário, afirmou que não tem nada contra LGBT, e que votou contra por enxergar que o conselho não seria apartidário. [50]

Em seguida, Mario Verri caracterizou a aprovação do projeto como uma vitória para a sociedade maringaense. [50]

Onivaldo Barris conclui esse assunto na sessão do dia justificando seu voto. Barris justificou seu voto favorável com base no artigo 5º da Carta Magna. [50]

No dia seguinte, o Vereador Sidnei Telles enviou um requerimento ao Prefeito Ulisses Maia para verificar se havia possibilidade de criação de um Conselho Municipal de “acompanhamento e deliberação de assuntos referentes à família”. Telles sugere que esse conselho tenha

em sua composição “além dos representantes dos diversos segmentos do Poder Público, defensores da família, inclusive representantes das igrejas cristãs de Maringá”. O Vereador havia justificado a importância de criação desse conselho considerando “a importância da família para o estabelecimento de políticas públicas que contemplem todos os segmentos da sociedade e, sobretudo, as pessoas que se encontram em situação de risco ou vulnerabilidade social”. [17]

A resposta ao requerimento de Sidnei Telles veio no dia 30 de agosto de 2021. O chefe de gabinete Domingos Trevizan Filho diz: “informamos que o Poder Executivo está à disposição para discutir a criação de um Conselho Municipal da Família. Solicitamos apenas, que as entidades ou movimentos interessados apresentem uma proposta do projeto de lei com os termos que consideram necessários para viabilizar o referido conselho”. [17]

4.7 Manifestações e reações públicas

Ocorreram diversas manifestações públicas em relação ao conselho, em especial após a 1ª discussão do projeto na Câmara, sendo várias delas de pessoas vereadoras de Maringá.

A vereadora Cris Lauer disse em uma live [21], no dia 1 de setembro de 2021, que o projeto do conselho fala sobre ideologia de gênero, pede a construção de um 3º banheiro, e é partidário; Lauer afirma que irá manter seu voto contrário ao projeto, e espera e acredita que mais vereadores irão acompanhar o posicionamento dela; Cris acredita que alguns vereadores tenham se apavorado com a pressão da população cristã de Maringá. A Vereadora afirma que esse projeto não é necessário já que as políticas públicas para pessoas LGBT já podem ser abordadas em outros conselhos, e que não há necessidade de se criar mais um conselho. Já no dia 2 de setembro de 2021, Lauer caracteriza, no Twitter [22], o projeto do conselho como “sindicato destinado a patrulhar o pensamento e a conduta das outras pessoas”.

O vereador Flávio Mantovani afirma em uma postagem no Instagram, no dia 11 de agosto de 2021, que foi o relator do parecer positivo da Comissão de Constituição e Justiça ao projeto do conselho. Flávio se diz favorável à criação de conselhos pois, segundo ele, “coloca o cidadão em pé de igualdade com poder público nas discussões”. [26]

O presidente da Câmara, Vereador Mário Hossokawa, postou em seu Instagram no dia 24 de agosto de 2021 um registro de uma reunião sua com representantes da Ordem dos Pastores de Maringá e o Vereador Paulo Biazon. O texto da postagem afirma que conversaram sobre várias demandas. [19]

O vereador Rafael Roza foi autor de postagens no Instagram que tiveram forte engajamento. No dia 18 de agosto de 2021, um dia após a 1ª discussão do projeto na CMM, o Vereador realizou uma postagem intitulada “5 fatos sobre ideologia de gênero”; nela Roza afirma que “ser contra ideologia de gênero não é mera questão de opinião, mas sim, ir na contramão da realidade e dos fatos”, e também que “caso não combatido, abriremos margem para a introdução de ideologias sanguinárias que destruíram e destroem os princípios e a moral que sustentam uma família”. [59]

No dia 31 de agosto de 2021, Rafael realizou uma postagem intitulada “5 motivos para você ser contra a criação do conselho LGBTI+”; nela o Vereador afirma que: a natureza deliberativa e fiscalizatória do conselho poderia permitir-lhe impor diretrizes e fiscalizar igrejas e demais instituições religiosas; o conselho poderia disseminar ideologias esquerdistas, como a ideologia de gênero, dentro das escolas; o conselho seria um cabide de empregos já que a função de secretário(a) executivo(a) do conselho receberia uma gratificação pela exercício do cargo; viagens de membros do conselho seriam pagas com dinheiro público; o conselho seria antidemocrático já que apenas indivíduos autodeclarados LGBTI+ poderiam se tornar membros. [62]

No dia 2 de setembro de 2021, Rafael comenta sobre a reprovação do projeto do conselho dizendo: “Eu defendo que a atuação do Poder Público seja direcionada para o bem da população, e não para ideologias que priorizam interesses individuais. A população LGBT deve sim ser respeitada, mas para isso não precisamos desrespeitar a família, a fé e os valores que construíram a nossa sociedade.” [60]

No mesmo dia, Roza publica um vídeo mostrando um momento onde um sapato é arremessado em sua direção, porém que não chega a o atingir. O vereador estava sentado no momento. O arremesso foi feito por uma pessoa que estava no lado favorável ao projeto do conselho dentro da Câmara, e aconteceu momentos depois da votação onde ele foi rejeitado. [61]

O vereador Sidnei Telles também foi autor de postagens sobre o conselho no Instagram. No dia 19 e 20 de agosto, Telles fez postagens mostrando trechos de entrevistas que deu para a Rede Globo [64] e Rede Bandeirantes [63]. O vereador afirma que a natureza deliberativa e fiscalizadora do conselho fez com que parte da sociedade sentisse que seus direitos de expressão estivessem ameaçados. Segundo Sidnei, a natureza fiscalizadora é uma função específica do legislativo, e poderia permitir que o conselho realizasse perseguições a pessoas com opiniões diversas, e que isso deve ser evitado. Telles menciona o Conselho LGBT de São Paulo, que é consultivo e propositivo, e não deliberativo e fiscalizador, um poder que poderia gerar conflitos adicionais na sociedade.

O prefeito de Maringá, Ulisses Maia, fez 2 publicações no Twitter no mês de junho afirmando que seria criado o Conselho Municipal LGBTQIA+ em Maringá [24] [25]. No mesmo mês, a Prefeitura também publicou a notícia da criação do conselho em seu site [13].

Além de vereadores, houve manifestações de deputados estaduais do Estado do Paraná, como o Alexandre Amaro no Instagram. No dia 1 de setembro de 2021, Alexandre classificou o projeto do conselho como um absurdo, dizendo que ele teria poderes para implantar a ideologia de gênero nas escolas [4]. No dia seguinte Amaro noticia a rejeição do projeto, afirmando que “É preocupante ver esse tipo de proposta e ficamos satisfeitos que o bom senso venceu.” [5]

Em um vídeo publicado no dia 1 de setembro de 2021 no Instagram, o deputado estadual Homero Marchese afirma que a missão de combater a discriminação contra pessoas LGBT é a princípio elogiosa; porém, para o deputado, o projeto tem alguns problemas como a defesa da ideologia de gênero, o qual não é um conceito científico na visão de Marchese. O deputado

também dá razão aos líderes religiosos que se sentiam ameaçados com os poderes fiscalizatórios do conselho. Homero afirma que o conselho é feito para defender apenas parte dos cidadãos e não todos, sendo na sua visão o mais adequado construir um conselho de direitos humanos para defender os direitos de todas as pessoas. Marchese se preocupa com a possibilidade do conselho afetar a educação da cidade. [28]

No dia seguinte, Homero afirma que aconteceu a “Vitória do bom senso”, e diz: “Ao invés de tentar construir um texto possível, que fizesse avançar a proteção dos direitos dos cidadãos LGBT sem violar os direitos fundamentais de outras pessoas, a militância preferiu estigmatizar os opositores do pl. Quiseram subjugar ao invés de construir. Plantaram intolerância sob o pretexto de evitar a discriminação. Colheram derrota.” Marchese também comenta sobre como espera que a discussão de políticas públicas para a população LGBTI+ ocorra no futuro: “Espero de coração que a cidade possa retomar o debate sobre discriminação contra cidadãos LGBT, mas agora conduzido com respeito, seriedade, igualdade, sem a consolidação de conceitos anticientíficos ou proposta de privatização de instâncias públicas e com a participação de todos os possíveis afetados por medidas propostas (como educadores, pais, profissionais da saúde e líderes religiosos). O amor vence.” [27]

A *OPEM (Ordem dos Pastores Evangélicos de Maringá)* se manifestou em relação ao projeto do conselho na sua página do Facebook [54]. No dia 23 de agosto de 2021, foi publicado a seguinte mensagem: “Conselho Municipal é necessário, desde que não haja privilégios. Todos somos iguais, diga não ao privilégio ativista LGBTQI+.” No dia 1 de setembro de 2021, o presidente da OPEM, Pastor Alexandre Ferrarezi, afirma em uma live que a OPEM tem se manifestado contra esse projeto do conselho da maneira como está [53]. Ferrarezi afirma que esse posicionamento não tem a ver com preconceito, e sim com a maneira como tem sido colocado, pois não houve acordos de realizar certas alterações no texto do projeto de lei. Em uma outra live, dois dias depois, Alexandre agradece aos pastores e igrejas que oraram pela rejeição do projeto [55].

O Pastor Tiago Almeida faz a seguinte publicação no dia 19 de agosto de 2021 “Hoje tivemos o comparecimento em peso de cristãos [...] de várias denominações apoiando o pedido do vereador Sidney Telles para a suspensão do projeto de lei que cria o conselho LGBTQI, precisamos do debate, a população quer o debate, aí fica uma pergunta: Porque o medo tão grande de um debate?”. [2]

Em um vídeo publicado 2 dias depois [3], Almeida busca explicar como o conselho iria impactar a vida e a família de quem assiste. Tiago afirma que a natureza deliberativa e fiscalizatória do conselho causa preocupação. O pastor também afirma que a competência do conselho de “Colaborar com os demais órgãos da administração pública municipal no planejamento e na execução de políticas públicas referentes à população LGBTI+” permitiria ao conselho executar ações como impedir a celebração do dia dos pais e do dia das mães. Almeida afirma que o conselho vai poder implementar a ideologia de gênero dentro das escolas e em todos os espaços públicos. O pastor critica a possibilidade de dinheiro público ser usada para custear viagens,

despesas, alimentação, hospedagem, transporte. Almeida crítica a garantia de vagas para cada um dos segmentos da sigla LGBTI, e a preferência por pessoas autodeclaradas LGBTI+. Tiago conclui afirmando que o projeto, em síntese, promove uma agenda ideológica esquerdista, que será paga com dinheiro público.

Tiago também participou da edição do dia 31 de agosto de 2021 do programa *Um Gole de Prosa*, onde foi discutido o projeto do conselho. A edição do programa contou com a participação de seus apresentadores—Akito Willy Taguchi, e Kim Rafael—e 3 convidados—o advogado Rogério Calazans, o Pastor Tiago Almeida, e a psicóloga Marisa Lobo Franco. [56]

O Instituto São Roberto Belarmino, uma organização que ministra aulas e cursos, e que surgiu como um grupo de leigos católicos de diversas paróquias, fez uma postagem em suas redes sociais no dia 24 de agosto de 2021, onde Matheus Coleoni dá ciência ao projeto do conselho. No vídeo postado, Matheus se apresenta como advogado, membro da Igreja Católica, atual presidente do Instituto São Roberto Belarmino, e diz que participou 4 anos do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas. Coleoni explica o que são conselhos municipais, afirmando que todos os conselhos existentes na cidade são de pautas amplas, ao contrário do projeto do Conselho LGBTI+. O advogado cita o seguinte trecho do texto de lei do conselho “a promoção da igualdade substancial e a eliminação da discriminação e de toda e qualquer manifestação atentatória e discriminatória em razão de orientação sexual e/ou identidade ou expressão de gênero” para trazer um alerta à sociedade maringense de que o conselho poderia enquadrar nesse trecho pessoas que se manifestem contra a ideologia de gênero. Coleoni se diz contrário à criação do Plano Municipal de Promoção dos Direitos Humanos LGBTI+. Matheus afirma que o projeto do conselho contará com financiamento do poder público para a promoção de uma pauta ideológica específica que a maior parte da população maringense é contra. O advogado finaliza dizendo que ser contra esse projeto é ser contra privilégios, e incentiva quem assiste a cobrar seu vereador. [7]

No dia 31 de agosto de 2021, o Instituto São Roberto Belarmino publica um vídeo onde Matheus Coleoni fala “11 motivos para ser contra o Conselho Municipal de Direitos LGBTI+”: 1 e 2. Não se trata de um conselho para proteger as pessoas mais vulneráveis ou dignidade humana; 3. vai promover pautas ideológicas específicas, e não de uma gama ampla de direitos; 4. já tem uma cadeira para o segmento LGBTI+ no Conselho Municipal da Mulher; 5. vai poder usar o poder de fiscalização para censurar quem pense contrário; 6. poderá promover ideologia de gênero; 7. vai criar mais gastos públicos; 8 e 10. direitos já podem ser pleiteados nos diversos conselhos que existem na cidade; 9. não existem conselho similares nas outras cidades grandes do estado; 11. ser contra é seguir o "todos são iguais perante a lei". [6]

No dia 4 de setembro de 2021, o Instituto São Roberto Belarmino publica um vídeo onde Matheus Coleoni agradece os vereadores que votaram contra o projeto de lei, afirmando que eles defenderam a nossa cidade contra a ideologia de gênero. Coleoni também agradece às pessoas que participaram do momento ajudando a vencer a batalha, mas não a guerra, já que outras batalhas virão. [8]

O programa *Pan News* da *Jovem Pan Maringá* abordou em várias edições o tema do projeto do conselho. No programa “Pan News 18/08 | Polêmica! Mesmo com votos contra conselho LGBTQIA+ é aprovado” é noticiado a aprovação do projeto na 1ª discussão [44]. No programa do dia seguinte “Pan News 19/08 | Câmara vota em 2ª discussão conselho LGBTQIA+” há uma continuação da discussão entre os apresentadores do programa sobre o projeto de lei; também é noticiado que no dia ocorreria a 2ª discussão na CMM do projeto [45]. Em “Pan News 20/08 | Chefe da casa civil fala sobre novo modelo de pedágio no PR” é noticiado o adiamento da votação do projeto do conselho [46]. O programa “Pan News 01/09 | Conselho LGBTQIA+ é ou não necessário?” conta com uma entrevista de Luiza Beltran, onde ela explica a origem da proposta do conselho, como ele atuaria, entre outros aspectos [40]. O programa “Pan News 02/09 | Conservadores são contra o conselho LGBT?” entrevista o pastor Paulo Renato, onde apresenta os motivos do seu receio com o projeto, e o porquê de sua contrariedade [41]. Em “Pan News 03/09 | Vereadores rejeitam conselho LGBTIA+ por 10 a 4” é noticiado a rejeição do projeto na 2ª discussão na CMM, é feito comentários sobre a postura dos vereadores, e é feito críticas às ações de intolerância das pessoas favoráveis e contrárias ao projeto [42]. Em “Pan News 06/09 | Manifestações de 7 de setembro, a pátria está em risco?” ocorre uma entrevista com o Vereador Delegado Luiz Alves, onde Alves comenta sobre a motivação por trás de seus votos [43].

O perfil *Coalizão LGBTI+*, agora *COMDIPLGBTI+*, que é gerenciado por pessoas da sociedade civil que ajudaram na elaboração do texto do projeto do conselho, fez diversas publicações em apoio ao projeto de lei. Em suas publicações, houve: chamados para pessoas estarem presente na CMM para acompanhar a votação do 2ª discussão do projeto [31]; correções de informações que a página considerou como fake news [30]; explicações sobre a importância do projeto do conselho [33]; convite para uma *Carreata pela Diversidade* que ocorreu no dia 29 de agosto de 2021, que tinha como objetivo defender a aprovação do projeto do conselho [32]. No dia 31 de agosto de 2021, foi republicado uma postagem de *@lesbikemaringa*, intitulada “5 motivos para você ser a favor da criação do Conselho LGBTI+”, uma resposta à publicação “5 motivos para você ser contra a criação do conselho LGBTI+” do Vereador Rafael Roza [34].

Coalizão LGBTI+ também publicou vídeos. No dia 23 de agosto de 2021, a cientista política Professora Dra. Carla Almeida busca explicar o que são conselhos gestores, para que servem, qual sua importância, como funciona a natureza consultiva e deliberativa [39]. No dia 26, Toni Reis—presidente da Aliança Nacional LGBTI+ e diretor executivo Grupo Dignidade—pede apoio ao projeto do conselho aos vereadores da CMM [37]. Também no dia 26, a historiadora e dona de casa Vanessa Sial oferece sua perspectiva como mãe de um adolescente trans e pede apoio à aprovação aos vereadores ao conselho [38]. No dia 30, Beatriz Fleury, professora de arquitetura e urbanismo e coordenadora do BrCidades em Maringá, fala sobre a importância da criação do conselho LGBTI+ [36]. No dia 1 de setembro, o vice presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Estado do Paraná, Marcel Jeronymo, reafirma o apoio do COPED ao projeto [35].

4.8 Adiamento da 2º discussão

Na sessão ordinária da CMM do dia 19 de agosto de 2021, estava na pauta do dia a 2º discussão do projeto do conselho. A plateia estava dividida meio a meio entre pessoas favoráveis e contrárias ao projeto. Porém iniciado a ordem do dia, o vereador Sidnei Telles pede a palavra para solicitar o adiamento da 2º discussão do projeto por 4 sessões. Sidnei justificou essa solicitação afirmando que após ouvir pessoas ligadas à comunidade LGBTQIA+ e segmentos da sociedade preocupados com o projeto de lei, e após verificar que houve 20 emendas protocoladas, acredita ser melhor adiar para que se possa discutir mais e chegar em um texto que “garanta os direitos das pessoas que ficam em condição de vulnerabilidade e ao mesmo tempo poder dar o direito àqueles que querem ter a liberdade da opinião, a liberdade do seu culto, de maneira livre sem risco de serem de alguma forma perseguidos. O que certamente o pessoal do conselho diz que não aconteceria. Mas para isso o texto tem que ficar mais adequado.” [51]

Antes da votação do adiamento, Mário Hossokawa, Presidente da CMM, rebate acusações que o projeto do conselho estaria sendo discutido em regime de urgência e na surdina. Hossokawa afirma que o projeto foi protocolado normalmente, tramitou pela Procuradoria Jurídica, e passou por todas as comissões permanentes [51].

A votação do requerimento verbal de Sidnei Telles de retirada do projeto do conselho da pauta por 4 sessões foi aprovado por 10 a 4 votos. Votaram a favor: Alex Chaves, Altamir Santos, Belino Bravin, Cris Lauer, Luiz Alves, Cristian Maninho, Onivaldo Barris, Paulo Biazon, Rafael Roza, Sidnei Telles. Votaram contrário: Ana Lúcia, Flávio Mantovani, Manoel Álvares, Mário Verri. Mário Hossokawa, se absteu [51].

Após a votação, as seguintes pessoas discursaram para justificar seu voto: Mário Verri, Paulo Biazon, Luiz Alves, Flávio Mantovani, Ana Lúcia, Rafael Roza [51].

Na véspera dessa sessão, no dia 18 de agosto, 20 emendas protocoladas a partir das 18h04. As emendas foram assinadas por Paulo Biazon, Rafael Roza, Cris Lauer, Cristian Maninho, e Sidnei Telles. As emendas buscavam modificar a natureza do conselho, a sua composição, entre outros pontos [16].

4.9 Análise das críticas ao projeto de lei

4.9.1 O caráter fiscalizador permitiria ao conselho patrulhar e perseguir o pensamento e a conduta de pessoas e igrejas.

O procurador jurídico da Câmara de Vereadores de Maringá, Odacir Fiorini Júnior, explica o que significa a natureza fiscalizadora de um conselho: “a função é acompanhar se a execução da política pública para que o Poder Executivo esteja traçando a meta ou o direcionamento, e que seja vinculado àquele conselho. Eu não posso, por exemplo, o Conselho de Meio Ambiente estar finalizando por exemplo a natureza econômico fiscal da Secretaria de Fazenda; não tem nexos. [...] Cada conselho tem sua natureza específica. E a fiscalização se dá exatamente dos

atos que o Poder Executivo esteja caminhando com ele e de acordo com o andamento do que foi proposto pelo conselho específico. Então se é uma ação de natureza e meio ambiente, tá alinhado com a recomendação do Conselho de Meio Ambiente? Ok. É uma ação fiscal, tá alinhado com a ação do Conselho Fiscal? Ok.” [20]

Fiorini clarifica que essa natureza difere da natureza de fiscalização de um vereador: “O vereador ele tem nas suas atribuições, a partir do momento que ele é eleito, a natureza de ser um agente fiscalizador das ações do Poder Executivo. O conselho tem uma vinculação com o Poder Executivo, então ele também realiza e norteia esse quesito que fiscalizador? Norteia. Mas levando em consideração que é um órgão do Executivo fiscalizando as ações do Executivo. Já o vereador é um poder, Poder Legislativo, fiscalizando ação de um outro poder, Poder Executivo.” [20]

Odacir também compara o poder de fiscalização de um conselho com o de uma pessoa física da seguinte maneira: “Então o poder de fiscalização pode acontecer por qualquer cidadão. Ele não precisa estar especificamente dentro do conselho. Por que que eu acho que o conselho ele tem um pouco mais de, eu não diria poder, eu diria de responsabilidade? Porque ele foi criado com essa noção fiscalizadora. E normalmente as pessoas que estão dentro de um determinado conselho tem uma visão mais específica da função do conselho. [...] Então o conselho na sua diversidade, que isso é uma coisa muito importante—não significa que todos os conselheiros tenham que ter o mesmo tipo de formação escolar ou técnica—mas dentro da sua diversidade eles possuem conhecimento suficiente para poder discutir determinados assuntos que é a natureza da criação do conselho. E já o cidadão comum às vezes não têm esses know-how, não têm esse conhecimento.” [20]

O procurador jurídico afirma que o poder de fiscalização do projeto de lei do Conselho Municipal LGBTI+ seria equivalente ao do Conselho Municipal dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas que foi aprovado por unanimidade pela CMM: “Mas assim, teoricamente, se fosse aprovado, eles teriam divergência apenas no aspecto de suas atribuições. Mas a natureza de fiscalização seria muito parecida. O conselho A fiscaliza assunto A, o conselho B fiscaliza o assunto B. O conselho B pode fiscalizar o assunto do conselho A se o assunto permear os dois conselhos. E isso acontece com uma certa frequência. Determinados assuntos e determinados projetos acabam passando pelo crivo de vários conselhos em Maringá.” [20]

Para Carolina Cleópatra a ideia de que o conselho iria fiscalizar igrejas foi uma falácia divulgada com o objetivo de gerar rejeição ao projeto: “Primeiro, nenhum conselho serve para ficar entrando em locais privados para fazer fiscalização. Primeiro você não tem tempo, não tem pessoal, e não tem vontade de fazer isso. Por que? Porque a gente tem outros problemas para cuidar. O conselho é para trabalhar políticas públicas, gestão pública. A fiscalização e a deliberação era em relação à gestão pública. E não é como se eles não soubessem, eles sabem. Mas eles precisavam de um argumento para poder ludibriar os ouvidos dos seus seguidores.” [12]

Cleópatra afirma que essa preocupação é um indicativo de que há prática de LGBTfobia

dentro de igrejas: “Segundo. Percebe como na fala, eles acham que o preconceito deles é uma coisa correta. Para combater as ideologias e os pensamentos dentro das igrejas. Por que? A sua igreja faz campanha de LGBTfobia para as pessoas serem LGBTfóbicas? Sua igreja faz isso? Porque se a igreja não fizer por que a preocupação? Então além de ser uma falácia porque eles sabem que isso não ia acontecer, porque esse não é o papel do conselho, de nenhum conselho, tem essa questão. Dentro da fala deles, eles já confessam que eles praticam LGBTfobia ostensiva dentro das igrejas deles. E tratam isso como ideologia, não tratam como crime, que é.” [12]

Assim como a Carolina, Fran Rocha também classifica a preocupação como algo impossível de acontecer e utilizado para atacar o projeto: “O conselho não teria essa possibilidade porque não é competência do conselho. O conselho teria a possibilidade de fiscalizar atos do poder público e propor que políticas públicas fossem promovidas pelo ente público. É absolutamente falaciosa essa crítica. Mas isso foi muito utilizado para que o projeto fosse desestabilizado. Essa argumentação que pauta no cerceamento, num suposto cerceamento da liberdade religiosa foi o carro-chefe para que as articulações de embaraço desse conselho fossem feitas e efetivadas. Não é possível juridicamente dizendo, inclusive é impossível que um conselho, que esse nosso conselho fizesse algum tipo de intervenção na vida privada ou na vida religiosa de instituições da igreja, seja qual for. Porque, principalmente em relação à religião, a Constituição Federal ela garante a liberdade religiosa, que não se confunde com discurso de ódio, que é o que muitas vezes eles fazem, por isso do medo, não é?” [57]

Rocha lembra que independente de ter conselho ou não qualquer pessoa pode denunciar casos de LGBTfobia: “E mais uma vez, hoje com ou sem conselho qualquer pessoa pode fiscalizar. Esses templos, eu posso ir para um templo a qualquer momento verificar qual é a fala do pastor, e se eu achar que é LGBTfóbico eu vou gravar sim, e eu vou levar para o Ministério Público, com ou sem conselho. A intenção do conselho não é fazer isso. Porque a gente tá muito mais preocupado com o pessoal que tá morrendo, que não tá conseguindo ir para escola, não tá conseguindo emprego, as pessoas que não estão conseguindo ter o reconhecimento das identidades, as pessoas que estão sendo agredidas, apanhando na rua do que ficar preocupado com fé alheia.” [57]

4.9.2 O caráter deliberativo permitiria ao conselho impor diretrizes na cidade.

Sobre a natureza de deliberação de um conselho, Odacir Fiorini Júnior explica que ela funciona da seguinte maneira: “Normalmente os conselhos criados no município de Maringá, eles possuem natureza deliberativa, que é a função de aconselhamento do prefeito nos atos que precisam ser executados. E por que deliberativa? Porque a plenária do conselho tem o poder de orientar o prefeito. Vou citar um exemplo, o Conselho de Meio Ambiente. O Conselho de Meio Ambiente, quando o assunto é uma temática que envolve o meio ambiente, a plenária do conselho orienta de forma deliberativa o Poder Executivo para a condução dos atos que o Executivo pretende trabalhar com o meio ambiente. É por isso que existe o Conselho do Meio Ambi-

ente. [...] Então o conselho tem essa função deliberativa porque ele acaba tomando importantes decisões que fundamentam a execução das secretarias vinculadas ao Poder Executivo.” [20]

Júnior destaca que em relação ao Poder Legislativo o caráter do conselho é diferente do Executivo: “Já para o Poder Legislativo, esse conselho ele não tem esse caráter deliberativo, é um caráter opinativo. É como se fosse um conselho que vai colaborar com as informações para os vereadores. A maior parte dos vereadores sempre tá em comum unidade ali com o conselho, até porque nós temos representantes nos conselhos também. Mas existe essa necessidade de que se o vereador, num determinado projeto que precisa passar pelo conselho, ele entender que a opinião do vereador é divergente do conselho, ele pode sim tomar uma decisão divergente do conselho.” [20]

Odacir afirma que o poder de deliberação do Conselho Municipal LGBTI+ seria equivalente ao do Conselho Municipal dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas [20].

Para a vereadora Ana Lúcia, é importante que haja o caráter deliberativo em um conselho para respeitar a participação voluntária das pessoas que o compõe: “O caráter deliberativo é o que está assegurando na participação efetiva. Porque você faz uma participação, em geral os conselhos, ninguém é remunerado para participar, as pessoas tiram o tempo do seu, às vezes inclusive infelizmente porque a maior parte dos conselhos se reúnem durante o dia, então às vezes muitos trabalhadores têm até que dar um jeito de sair do seu trabalho para vir participar. Então assim, eu acho que é o respeito à participação, ao processo democrático participativo você dar ao conselho, você garantir o caráter deliberativo mesmo. Porque seja qual for a decisão que o conselho tomou ela teria que ser atacada. A garantia dessa decisão dela ser acatada fica mais assegurada do que se ele for simplesmente consultivo.” [58]

Ana Lúcia complementa dizendo que o mais importante mesmo é que se tenha conselho, já que a implementação vai depender do Executivo de qualquer maneira: “Bem, independente de ser, mas na verdade, eu defendo que seja deliberativo, mas na verdade independente de ser deliberativo ou consultivo, a importância do conselho é a mesma. O peso do conselho é o mesmo. E o peso da decisão é a mesma. E aí tem a ver exatamente com isso que eu falei antes, vai ser implementado ou não uma decisão do conselho exatamente a partir do bom senso ou não do gestor executivo. Porque se o Executivo, se o prefeito, ou o governador, ou o presidente for um homem autoritário, pouco democrático ele não implementa nem que for deliberativo. Porque ao fim e ao cabo de fato, quem tem a capacidade sobre as leis, de deliberar efetivamente é o Legislativo. [...] Então por isso que eu digo, o ideal é que seja deliberativo, mas não sendo não diferencia. O importante é que passe pelo conselho.” [58]

Hebert Villela busca clarificar o escopo da deliberação que o conselho teria da seguinte forma: “O caráter deliberativo também foi uma grande confusão. Que eles entendem que o deliberativo seria que o conselho teria poder para fazer o que quisesse dentro da Prefeitura de Maringá. E não é. O deliberativo ele seria para dentro do conselho. Deliberar dentro do conselho, as suas decisões. Vamos mandar a proposta ou não vamos mandar, vamos assinar o ofício ou não vamos assinar. São deliberações internas do conselho. Nós em momento algum

pensamos em deliberar com relação às decisões do Executivo ou do Legislativo. Então foi uma grande confusão com relação a isso.” [65]

4.9.3 O conselho não deveria atuar na educação para não implantar a ideologia de gênero nas escolas da cidade.

Para Saulo Gaspar, haveria uma necessidade do conselho atuar na área da educação até mesmo para trabalhar com a Lei Escola Sem Homofobia, uma lei do município de Maringá: “E na área da educação, não tem o porquê nós não trabalharmos na área de educação. Até porque no município existe uma lei. Hoje no município de Maringá existe uma lei específica que é a Lei Escola Sem Homofobia, que a gente precisa trabalhar. Nós estamos já articulando para trabalhar sobre essa questão. Então não faz sentido o conselho juntamente com a gestão não trabalhar na área da educação, se nós temos uma lei que fala escola sem homofobia, não é? [...] Nós precisamos capacitar essa área também para que possa preparar bem o ambiente, o espaço escolar para as crianças.” [18]

Hebert Villela afirma que diminuir os índices de evasão escolar do segmento LGBTI+ seria uma das pautas do conselho: “Eu enxergo que o conselho ele deve atuar nas esferas que atingem a população que lhe cabe. Se é um conselho do idoso, você vai atuar em todas as esferas para o idoso. Seja ela assistência social, saúde, idoso pode até ter educação, às vezes tem idoso que quer estudar. LGBT é a mesma coisa. Então ia chegar um momento que o conselho ia precisar atuar junto à Secretaria da Educação para realizar certas políticas públicas. Mas nós do movimento LGBT de Maringá, [todos os movimentos], era de consenso que a pauta educação ela era muito sensível. E a gente ia ter que tratar com muito tato, com muito cuidado. Porque a gente sabe do histórico que vem aí nacional. [...] A gente sabe que essa população tem uma evasão escolar muito grande. Principalmente as pessoas travestis e transexuais. [...] A gente sabe porque acontece, mas teria que fazer um trabalho de campo mais estruturado, dar subsídios para a secretaria poder atuar e evitar essa evasão. Saber lidar com pessoas da população LGBTI+ dentro das escolas para não ocorrer discriminação, preconceito. Então a ideia é essa. [...] Que a gente sabe que existem crianças LGBTs. E nós que somos LGBTs adultos sabemos como que a gente passou por essa situação na idade escolar. Então a gente não quer que essas crianças que estão aí e estão por vir passem pelo mesmo que a gente passou.” [65]

Para Carolina Cleópatra, atuar na educação é importante para garantir que as crianças possam estudar com paz e segurança: “A gente não pode ensinar as crianças a respeitar um colega? Respeitar as diferenças, entender as diferenças. Porque a pessoa que é gay, lésbica, trans como é que ela vai para escola e vai sofrer toda uma violência? Entende? E o direito dessa criança ou direito da família? Às vezes a criança tem pais que são lésbicas ou gays ou trans. Como é que a sociedade espera que essa criança fique se ela não puder estudar ou não puder estudar com uma certa qualidade, com paz, com segurança.” Cleópatra também afirma: “Inclusive é uma opinião, essa que não poderia se tratar sobre LGBTfobia na escola, por exemplo, ou

sobre educação de gênero na escola, educação de gênero. São pessoas que elas gostam de fazer a manutenção da violência. Elas querem que essa violência continue. Porque se você não puder mudar a cabeça das pessoas na base, educar elas desde quando elas são crianças como acontece em outros países, como que a gente vai mudar a realidade? [...] Você lutar contra violência contra a mulher, passa pela educação. Lutar contra o racismo, passa pela educação. Lutar contra a LGBTfobia, vai passar pela educação. [...] Por que que ela não quer que se fale sobre LGBT na escola? ‘Ai porque é ideologia de gênero’. Não existe isso. A ideologia de gênero é essa que eles estão impondo. Eles é que fazem ideologia de gênero, onde a pessoa não pode nem ser LGBT em paz. Você tem que ser a pessoa dentro do padrão hétero cis normativo. Se você não for hétero cis normativo então você não pode existir ou não pode existir com segurança.” [12]

Luiza Beltran afirma que o trabalho do conselho na área da educação seria no sentido de conscientização e capacitação: “Também seria no nível de conscientização nas escolas. Então, por exemplo, eu tenho um filho que vai para uma escola pública e eu também tenho namorada. Então eu preciso que na escola o meu filho não seja discriminado por ter uma mãe que é bissexual, entendeu. Só que isso eu só vou conseguir se eu puder conversar com a Secretaria de Educação. [...] Então a gente não pode imaginar que trabalhando na educação a gente vai doutrinar as crianças, não. Isso é para que as crianças saibam que elas podem ser o que elas quiserem, para que elas sejam acolhidas. Porque pensando que é uma condição que a pessoa nasce assim, a criança que nasce gay, a criança que nasce transexual ela precisa ter um acolhimento diferenciado. E não só isso, a professora precisa saber olhar, reconhecer, saber como lidar com aquilo, a diretora, a funcionária. [...] Não é sobre impor nada na categoria de educação, ensinar a ser LGBT, nada disso. Mas é uma esfera importante. Se a gente está falando de um problema estrutural é óbvio que as escolas têm que entrar, certo. Porque a gente está falando de nível de conscientização, de informação, então a gente precisa sim atuar nas escolas.” [9]

Sobre a questão de ideologia de gênero, Luiza afirma que o conceito foi criado de forma reacionária aos avanços dos direitos LGBTI+: “Com isso, construíram esse debate da ideologia de gênero, que se você procurar na academia, se você procurar nas universidades, aí eu tô falando a nível mundial também, você não precisa só ir para as nossas qualificadíssimas universidades brasileiras, você vai ver que não existe ideologia de gênero. Isso é algo que é inventado.” [9]

A advogada diz também que a verdadeira ideologia de gênero seria a heterocisnormatividade e os papéis de gênero: “Se a gente for pensar o quê que é uma ideologia de gênero, que seria algo imposto, que seria algo que a gente tem que ser, a gente vai cair na verdade nas cisheteronormatividade. O quê que as pessoas querem que a gente seja ou esperam que a gente seja? As pessoas esperam que a gente seja cis e que a gente seja hétero, entende? Quando a gente vai nos filmes da Disney, quando a gente vê as nossas referências nos comerciais, quando a gente vai para a igreja, para a escola, o quê que a gente é ensinado? Que o ‘normal’ é ser hétero e é ser cis. Então se existe uma ideologia sendo implementada, uma ideologia de gênero sendo implementada é a ideologia cisheteronormativa e não é ideologia de ser gay, ser lésbica, ou ser trans, ou ser LGBT no geral. Assim como a ideologia dos papéis de gênero, que eu acabei

falando aqui também. Se existe uma ideologia de gênero que está implementada, é a ideologia de que mulheres devem fazer uma coisa e homens devem fazer outra.” [9]

4.9.4 Seria melhor criar um Conselho de Direitos Humanos para defender os direitos de toda a população. Defender os interesses de apenas um segmento seria discriminatório.

Para a vereadora Ana Lúcia, em um estado democrático de direito é papel do Estado desenvolver políticas públicas que atendam às necessidades de cada um dos segmentos da população: “Então é assim que funciona. Um estado democrático de direitos ele tem os princípios, todos, que vão articular o atendimento às necessidades de todas as pessoas sim. Mas de todas as pessoas em geral, você não atende ninguém. ‘Nós estamos aqui para garantir o bem-estar de todos’. Todos quem e de que forma? Você tem que me dizer com que instrumentos? Com que recursos? Com quais objetivos? Com qual meta? Como alcançar? É isso que é política pública. É isso que o conselho vai discutir, entendeu?” [58]

A vereadora também afirma que um conselho na área de direitos humanos teria um campo de atuação diferente do que era pretendido com o Conselho LGBTI+: “Porque os direitos humanos é o outro campo de atuação. [...] Todos os atores dos direitos humanos, o campo dos direitos humanos, as instituições de direitos humanos têm que assegurar à sociedade a proteção contra a violência do Estado. Está muito claro.” [58]

Hebert Villela rejeita a ideia de que o conselho seria discriminatório: “Não é uma discriminação. É a mesma coisa da gente falar de racismo reverso. Eles estão falando que a gente está discriminando as pessoas que não são LGBTs? Não existe uma discriminação para com pessoas que não são LGBTs. Na verdade a gente quer tratar uma parte da população que sofre discriminação e não possui direitos e garantias efetivas dentro do poder público. Então por isso a necessidade da criação de um conselho. Não há discriminação alguma. Eu acho que eles estão querendo inverter o discurso deles. Há uma discriminação da população que não entende essa camada da sociedade, para com os nossos, que são os LGBTs.” O advogado lembra também que já existe um conselho de direitos humanos no município de Maringá, porém, não está ativo. [65]

Fran Rocha responde à crítica de que o conselho seria discriminatório da seguinte forma: “É uma tentativa de esvaziar completamente a discussão séria sobre a implementação e elaboração de políticas públicas. É o mesmo que dizer que não precisa de um conselho da mulher, porque e os homens, onde ficariam? Não precisa de um conselho de igualdade racial, porque e as pessoas brancas, onde ficariam? É exatamente a mesma coisa.” Também afirma a advogada: “Seria muito simples dizer que violaria a igualdade sem levar em consideração que a igualdade, na realidade, é tratar as pessoas de acordo com a sua própria desigualdade. Tratar igual os iguais e os desiguais na medida da sua desigualdade.” [57]

Rocha diz: “Nós não temos aí uma igualdade puramente formal em que todos são iguais perante a lei e isso é suficiente. Não. Nós vamos buscar uma igualdade material, em que pra

que todos sejam iguais, às desigualdades elas precisam ser apontadas e precisam ser levadas em consideração para que as políticas públicas, e as leis como um todo, sejam efetivamente elaboradas e implementadas, efetivadas, e solicitadas. Quando a gente parte do princípio de um entendimento tão superficial do que é a igualdade, nós estamos na realidade colaborando para que essa igualdade nunca seja alcançada. O fato é que não somos todos iguais. Nós queremos sim que essa igualdade se torne uma realidade um dia. Mas para que ela se torne realidade as nossas diferenças elas precisam ser ressaltadas. As violências que cada segmento da população passa, precisam ser ressaltadas, precisam ser elaboradas, precisam ser trabalhadas. Nós precisamos fazer essas denúncias. Nós temos que ter noção desses atravessamentos. Então dizer que violaria a igualdade primeiro que é um absurdo. É uma alegação de quem não sabe o que significa igualdade. Não sabe o que é o princípio da igualdade. Qual é a sua importância no nosso estado democrático de direito. Principalmente após a Constituição de 1988.” [57]

Rocha classifica como relevante a ideia de se ter um conselho de direitos humanos: “Um conselho de direitos humanos é absolutamente relevante sim. E é um conselho amplo em que várias questões podem ser discutidas. Mas nós queremos compor um conselho de direitos LGBTI. Nós queremos discutir as especificidades da população LGBTI. Essas violências que são próprias que atravessam os corpos das pessoas LGBTI.” [57]

4.9.5 O conselho seria antidemocrático já que há garantia de vagas para cada um dos segmentos e preferência por pessoas autodeclaradas LGBTI+.

Para Jéssica Magno, a estrutura da composição do Conselho LGBTI+ ocorre da mesma forma que todos os demais conselhos: “Todo conselho ele abre justamente para segmentos, coletivos. Se você tem um coletivo e você acha que o seu coletivo tem um potencial de atuação para entrar dentro do conselho, você pode concorrer à vaga de conselheiro, entendeu? Não existe nenhum conselho que não seja feito dessa forma. Você tem que representar algo. E esse algo ele está direcionado a pessoas. Então não tem nada de antidemocrático, é super democrático. Porque ele está representando justamente uma parcela da população que é esquecida.” [23]

Fran Rocha afirma que o projeto não tinha nada de antidemocrático: “O conselho é absolutamente democrático. Primeiro porque as pessoas elas são eleitas para compor. Segundo que se essas pessoas que querem participar de algum conselho, elas podem perfeitamente propor a criação pro Executivo para que encaminhe ao Legislativo para a votação. É um conselho de direitos específicos. É um conselho de direitos que busca realmente fazer o levantamento das necessidades, das violências que atravessam a população LGBTI. É um conselho temático. Isso posto, não há como ser antidemocrático porque o conceito de democracia ele abarca também essa possibilidade de que grupos específicos se unam para pleitear aquilo que lhe é mais latente, mais sensível.” [57]

De acordo com a vereadora Ana Lúcia, conselhos são sempre compostos pelos segmentos vinculados ao seu tema: “Você tem 50% do segmento gov, 50% do segmento sociedade. Os

segmentos da sociedade todos são afetos àquela política. Conselho do Desenvolvimento Urbano e Territorial de Maringá, você tem no gov inclusive, não vem a Secretaria da Mulher para discutir política de desenvolvimento urbano e gestão territorial, vem as Secretarias de Habitação, de Saneamento, de Desenvolvimento Urbano, entendeu? Então você tem o gov articulado aqui com a sociedade. Quais segmentos da sociedade? Os segmentos que estão afetos ao desenvolvimento urbano. Assim como qualquer outro conselho. Os segmentos da sociedade que compõem um determinado conselho junto com o governo são todos os segmentos vinculados àquela política, àquela população que está sendo tratada. Então é outra falácia retórica. [...] Ele sim é um argumento preconceituoso, e segregador, e injusto, e pouco democrático porque não está admitindo que a população LGBTI compõe o Conselho de Direitos LGBTI.” [58]

4.9.6 O conselho seria partidário.

Fran Rocha afirma que as instituições que estavam envolvidas com a criação do projeto de lei do conselho já refutam essa crítica: “O conselho é apartidário. Bastava ver as pessoas que estavam envolvidas na proposta do conselho: OAB, que é uma instituição absolutamente apartidária; movimentos sociais de esquerda; movimentos sociais progressistas. Não tinha membros da direita porque a direita conservadora não confere direitos à população LGBT. Mas seria impossível que esse conselho fosse partidário porque os membros são eleitos. Então seria necessário apenas que a instituição cumprisse os requisitos, que era justamente atuar em prol da população LGBTI, e se candidatasse por uma vaga.” [57]

Para Fran, essa crítica é infundada e foi espalhada para desqualificar o projeto: “Para tentar tirar o foco de uma discussão principal vários pontos que são absolutamente irrelevantes, e que não existem de fato são colocados. Então você vai minando esse projeto que tinha uma unidade muito forte, que foi composto por várias instituições, imagina com OAB, nota pública de defensoria, texto técnico de Ministério Público, IBDFAM que é o maior instituto de direito das famílias que existe no mundo, sabe, fez uma defesa para gente por meio da doutora Maria Berenice Dias, que foi quem cunhou o termo homoafetividade, a grande advogada que realmente trouxe essa discussão dos direitos da população LGBTI, em relação à conjugalidade principalmente. Falar que uma manifestação dessa é apartidária realmente é limitar um projeto que foi muito mais complexo e foi muito mais abrangente e tentar reduzir todo esse trabalho a uma insignificância que não existe.” [57]

Para a vereadora Ana Lúcia, essa crítica é uma que não cabe: “Mas não é um partido político. Ou é? Eu acho que eu me enganei. A proposta era de projeto de lei de criação do partido LGBTI? Não né. Era do Conselho Municipal de Direitos LGBT. Então é uma crítica absolutamente neurótica. Não cabe. Não faz parte. Não é um partido que tava sendo criado. E seria excelente, eu acho que a posição partidária ela está posta em todos os demais conselhos. Apesar de alguns conselhos terem lá no seu regimento que as pessoas não podem ser filiadas. Isso é uma opção. Okay. Acho também, se você for filiado a algum partido você não pode participar de determinado conselho, é lícito fazer isso desde que seja um regimento aprovado

pela maioria, mas não é o caso. Mais uma dessas fakes, mentiras acionadas exclusivamente para colocar a opinião pública contra o conselho.” [58]

4.9.7 O conselho não é necessário; políticas públicas para pessoas LGBT já podem ser abordadas em outros conselhos.

Fran Rocha afirma que essa crítica não foi levantada com a criação dos outros conselhos: “As questões dos outros conselhos também poderiam ser abordadas em outros conselhos. A gente teve o Conselho do Migrante que foi aprovado dois meses antes. O curioso [...] é que nenhuma dessas críticas foram feitas a instituição de nenhum dos outros conselhos. É incrível como justamente quando a discussão é sobre a população LGBTI, não precisa ter, não precisa existir, porque já foi abarcado por outras demandas. É muito curioso que isso aconteça. Em todas as pautas da população LGBTI.” A advogada diz que ter um espaço segmentado é importante para abordar as questões que são específicas do segmento: “Os conselhos de políticas públicas, que formulam políticas públicas, os conselhos gestores de políticas públicas, eles justamente tem que ter aquele olhar segmentado. Aquele segmento social específico tem alguma vulnerabilidade, algum atravessamento que lhe é próprio, específico. Então como ele poderia ser tratado por outros conselhos? De maneira superficial, tentamos levar as nossas demandas aos outros conselhos. Mas de maneira aprofundada, de maneira efetiva, realmente com uma discussão apenas segmentada [que] seria possível que fosse sido feito.” [57]

Hebert Villela também lembra que o mesmo argumento poderia ter sido aplicado ao Conselho dos Migrantes, que foi aprovado recentemente pela CMM: “É uma redundância. Porque e os outros conselhos? O Conselho do Imigrante, por exemplo. Não querendo desmerecer o Conselho Imigrantes, ele é muito essencial. Mas vamos fazer um paralelo, uma analogia. Não pode ser tratado também nos demais conselhos? Conselho do Direito Humano, Conselho da Saúde, conselho do não sei o que.” Villela também afirma que o segmento LGBTI+ possui questões que são específicas: “Então o Conselho da População LGBTI+ tem uma especificidade por que? Senão a gente não teria os números que a gente tem apresentado hoje aí nos relatórios de violência, de empregabilidade, de tantos outros problemas que a população LGBTI+ tem. Então essa especificidade deveria ser tratada dentro de uma instituição, dentro de um órgão que seria o conselho.” [65]

De acordo com Hebert, nem sempre é possível colocar em pauta as questões LGBTI+ nos outros conselhos já existentes: “Se fosse possível, a gente estaria atuando nos demais conselhos. Mas hoje, por exemplo, nos conselhos de Maringá que existem aí, mais de 20 e pouco, a população LGBT só tem cadeira em dois conselhos que é o Conselho da Mulher e o Conselho de Igualdade Racial. Nos demais conselhos a gente não tem cadeira nenhuma. Estamos aí tentando pleitear cadeiras em outros conselhos para poder conseguir fazer com que políticas públicas avancem nessas pautas. Mas e nas pautas que não tem conselho criado? A gente não tem um conselho da violência, por exemplo, em Maringá. Então seria o Conselho LGBT para tratar violência específica dessa população. Que a gente sabe que é uma violência diferente.

Não é uma violência que se dá devido a um furto, a um roubo ou qualquer outra coisa. É uma violência LGBTfóbica, devido a esse fato, da pessoa ter uma intolerância com relação a pessoas LGBTs. Então como eu posso tratar isso em outros conselhos se tem uma especificidade diferente? Como eu posso, por exemplo, propor políticas públicas para que em certas secretarias se capacitem para atendimento da população LGBTI+, se sendo que tem certas secretarias que não tem um conselho vinculado? Então é necessário. Se não fosse necessário, não existiriam outros que existem no Brasil. Apesar de [estarem] sendo aí desmantelados devido ao quadro geral nacional que a gente vive. Mas tem outros que permanecem e conseguem avançar com os direitos dessa população muito.” [65]

Para o gerente Saulo Gaspar, não seria possível atender as especificidades específicas da população LGBTI+ nos outros conselhos: “Só que os demais conselhos, eles vão trabalhar demandas específicas daqueles conselhos. Eles não vão dar atenção, um olhar direcionado para o público LGBTI+. É diferente. O que nós propomos é que as políticas públicas, a atenção, o olhar direcionado é para nosso público LGBTI+, que tem as suas especificidades. Lá eles não vão trabalhar essas especificidades, eles vão trabalhar as especificidades daquele conselho. Então seria só uma cadeira representando LGBTI+, mas não vai ser trabalhado de forma direcionada. Então nós precisamos sim ter nosso espaço para trabalhar com o nosso público, com a nossa especificidade.” [18]

4.9.8 O conselho iria criar mais gastos públicos, em um momento de crise.

Buscando entender o impacto que a aprovação do projeto do conselho teria no orçamento do município, entramos em contato com a SEJUC (*Secretaria de Juventude, Cidadania e Migrantes*)—via e-mail e telefone nos meses de setembro e outubro de 2022—para entender quais são os gastos dos conselhos já existentes vinculados à pasta da Secretaria.

Segundo a Pablo Henrique Sanchez, servidor com cargo na Secretaria Executiva dos Conselhos Vinculados à SEJUC, um dos gastos dos conselhos é com o custeamento de suas atividades: “Após consulta ao setor administrativo e financeiro, obtivemos a informação de que os Conselhos possuem Projeto Atividade próprios, que é uma reserva orçamentária para custear despesas como: conferências, eventos, material permanente, computadores, viagens, entre outros. O valor disponível varia de conselho para conselho, e o orçamento pode ser suplementado também, o que significa que se houver necessidade de ampliar o recurso é possível.”

Sanchez informa o orçamento dos Projetos Atividade do ano de 2022: “Na Secretaria de Juventude, Cidadania e Migrantes (SEJUC), o Conselho Municipal dos Refugiados, Migrantes e Apátridas de Maringá (CORMA) possui o valor de R\$ 7.000,00 e o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR) de R\$ 18.000,00. O Conselho Municipal de Juventude (CMJ) não possui, ainda, um Projeto Atividade próprio, o que significa que as despesas do conselho estão previstas no Projeto Atividade da Secretaria de Juventude, Cidadania e Migrantes (SEJUC).” “Nesses anos que o COMPIR e o CORMA estão ligados a SEJUC, o COMPIR sempre gastou todo seu orçamento, e esse ano, o CORMA não havia usado, mas por conta de

ser um serviço da mesma pasta e também fiscalizado pelo conselho, o orçamento fora usado para o funcionamento do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes. Então, ainda não houve um ano que o orçamento do Projeto Atividade sobrou.” O servidor também afirma que o orçamento destinado aos Projeto Atividades dos conselhos vinculados à SEJUC tem como fonte o orçamento da SEJUC.

O processo de definição do valor do Projeto Atividade da cada conselho vinculado a SEJUC ocorre da seguinte maneira, de acordo com Pablo: “É um processo bem extenso para ser explicado, mas de forma resumida, esse valor é definido através de uma série de reuniões da Gestão, que definem o orçamento do ano subsequente, e baseado em análises de anos anteriores e uma série de prioridades levadas em conta, esse valor é definido. Também não se pode esquecer que esse valor não necessariamente é fechado, podendo acontecer suplementações se necessário.”

O gasto com Projeto Atividade não é o único gasto dos conselhos: “Além disso, é previsto na Lei que institui cada Conselho, a disponibilização de um servidor público para a assessoria técnica do Conselho. O pagamento do salário é uma despesa extra na Folha de Pagamento da Secretaria, mas é preciso a contratação ou destinação de um servidor específico para a função, e na maioria dos casos é previsto também uma Função Gratificada pelo serviço.” O valor despendido com essa disponibilização de um servidor público para realizar a assessoria técnica dos conselhos “gira em torno de R\$30.000,00 reais por ano, incluindo o salário e demais taxas que são obrigatoriamente pagas pela Prefeitura” afirma o servidor.

Atualmente existe 1 servidor técnico para realizar a assessoria dos 3 conselhos vinculados à SEJUC. Para Pablo, caso algum outro conselho fosse vinculado à SEJUC, seria ideal ter mais um servidor para auxiliar com o trabalhos: “Eu creio que teria que ser indicado um outro servidor [caso tivesse sido criado o Conselho Municipal LGBTI+]. Porque assim, tecnicamente 3 conselhos já é bastante coisa para um servidor só. Então provavelmente se fosse criado teria que indicar um outro servidor, e se esse conselho fosse ligado à Secretaria de Juventude e Cidadania aí muito provavelmente dividiria: 2 conselhos em um servidor, 2 conselhos com outro.”

Sanchez explica a atuação do cargo de assessor técnico de conselhos: “organizar os documentos que vem do conselho, então qualquer ofício, resolução, deliberação que o conselho deliberar em plenária o assessor técnico ele conduz, ele que faz. Também tem a questão das convocações das reuniões, das reuniões das comissões temáticas, dos grupos de trabalho também, o assessor técnico ele tem que estar presente, porque é ele que vai fazer a convocação, a pauta, a ata das reuniões, então ele tem que estar por dentro de tudo que está acontecendo dentro do conselho para fazer esses documentos. E ele também tem que estar presente nas plenárias, nas reuniões dos grupos de trabalho, nas reuniões extraordinárias, todas essas questões.”

Pablo afirma: “Tem alguns conselhos que já são bem mais estruturados com o CMDCA, o COMAS; são conselhos que já estão aí faz tempo e já tem um estrutura bem definida, então neles, o assessor tem um fundo próprio, eles já tem um tamanho considerável, então eles já entram em alguns editais”. Esse não é o caso dos conselhos vinculados à SEJUC já que “eles

ainda não recebem um fundo a nível federal, nacional, enfim. Então os gastos que acontecem com os conselhos eles saem da Secretaria em si.” Portando os gastos dos conselhos da SEJUC atualmente são apenas com salário de assessor técnico e com o Projeto Atividade.

Baseado nas informações acima levantadas, podemos estimar o custo do projeto de lei do Conselho LGBTI+. Assumindo que 1 assessor técnico consegue prestar assessoria técnica para 2 conselhos, como afirmado por Pablo Sanchez, e que o salário anual é de 30 mil reais, o custo com assessoria técnica é aproximadamente 15 mil reais por ano por conselho. Já com relação ao valor destinado ao Projeto Atividade, podemos estimar que seria próximo ao do Conselho de Migrantes, que é de 7 mil reais. Essa estimativa tem como base uma afirmação do Saulo Gaspar, afirmando que o impacto do projeto do Conselho LGBTI+, se aprovado, no orçamento seria igual ao do Conselho dos Migrantes. Portanto, uma estimativa simples seria que o custo de criação do Conselho LGBTI+ seria na ordem de 22 mil reais por ano, valor esse que representa 0,277% do orçamento previsto de 2022 da SEJUC de acordo com a LOA 2022 de Maringá (lei nº 11.402). [48]

4.10 2º discussão na Câmara Municipal de Maringá

Na sessão ordinária da CMM do dia 19 de agosto de 2021, a plateia estava dividida meio a meio entre pessoas favoráveis e contrárias ao projeto do conselho, que estavam presentes para presenciar a sua 2º discussão. [49]

Ao começar a discussão do projeto, o Vereador Paulo Biazon solicitou o arquivamento das 20 emendas das quais ele foi autor junto com outros colegas. O pedido foi aprovado por 13 a 1 votos. O único voto contrário foi da Vereadora Ana Lúcia, que argumentou que em respeito aos pastores que se reuniram com os vereadores e propuseram as emendas, para verem suas demandas acatadas, deveria ser feito a discussão delas. Ana diz não compreender não realizar a discussão, já que em seu entendimento, a maioria das pessoas contrárias não se diz contrárias à existência de um conselho LGBTI+, e sim aos termos da lei atual. O Vereador Manoel Álvares diz que votou favorável ao arquivamento por entender que várias pessoas contrárias ao projeto continuariam se opondo a ele mesmo se fosse emendado. [49]

Aberto o período de discussão, a Vereadora Ana Lúcia faz uma síntese dos pontos em discussão: o quesito legal, o suposto impacto financeiro que o conselho teria, a questão política. Lúcia diz que na falta de outros elementos, o que está por trás da oposição é discriminação e preconceito. Em seguida, o Vereador Doutor Manoel Álvares Sobrinho relata um caso de LGBTfobia que presenciou, e pede votos de seus colegas ao projeto. [49]

Concluído o período de discussão, ocorre a votação do projeto, que é rejeitado por 10 a 4 votos. Votaram a favor: Ana Lúcia, Flávio Mantovani, Manoel Álvares, Mário Verri. Votaram contrário: Alex Chaves, Altamir Santos, Belino Bravin, Cris Lauer, Luiz Alves, Cristian Maninho, Onivaldo Barris, Paulo Biazon, Rafael Roza, Sidnei Telles. Mário Hossokawa, se absteu. [49]

Antes de terminar a sessão, o Vereador Luiz Alves e a Vereadora Cris Lauer falaram sobre o seu voto no projeto do conselho. [49]

4.11 Movimentação pós rejeição

Para Carolina Cleópatra—advogada; participante da CDSG-OAB, da AMADI (Associação Maringaense de Advogados pela Diversidade) e do COMDIPLGBTI+—descreve como foi a movimentação feita pelos organizadores do projeto do conselho após a sua rejeição na CMM: “Quando aconteceu a derrota, a perda da votação, a gente ficou pensando em saídas. A gente pensou que talvez o prefeito pudesse assinar um decreto e criar esse conselho por meio de decreto. Só que daí a gente ficou com dois problemas. Será que o prefeito vai ter coragem de fazer isso sabendo que tem uma rejeição grande na cidade? Será que o prefeito vai fazer isso sabendo que o prefeito que entrar em seguida pode ir lá e revogar o decreto simplesmente sem justificativa. Porque é um direito do prefeito fazer isso”. Devido à dificuldade esperada de ir pelo caminho do decreto, Cleópatra afirma que pensaram em uma outra direção: “E sugeriram para nós o seguinte, olha o Conselho de Segurança na maioria das cidades, inclusive em Maringá, não foi criado por iniciativa do prefeito, não foi projeto de lei, foi criado de forma privada. E aí a gente foi ver como que funcionava isso. Agora tem uma nova lei, que é a lei de OSCIP que regulamenta essas organizações, não se usa mais ONG, mas é o mesmo trabalho da ONG. Só que a OSCIP pode fazer parceria público-privada”. [12]

Para Carolina, um grande ponto positivo de todo esse projeto foi a união entre as diversas organizações LGBTI+ da sociedade civil em Maringá: “Mas a maioria continuou unido, o que é algo inédito em Maringá. A gente tem os movimentos sociais em Maringá, mas a gente nunca conseguiu uma união. Então nesse ponto foi positivo. [...] Não tinha nenhuma organização antes. Cada grupo trabalhava separadamente, às vezes conversavam entre si, mas eram coisas muito pontuais e a gente não conseguia avançar.” [12]

A advogada descreve o processo de formação da organização, que agora tem o nome de *COMDIPLGBTI+* (*Conselho Maringaense de Defesa dos Direitos da População LGBTI+*): “Então a gente pegou aquele projeto de lei e transformou em um estatuto. Os pontos principais a gente pegou colocou dentro de um estatuto, fizemos um estatuto, fizemos uma documentação, fizemos uma assembleia, com ata de assembleia, tudo, e a gente fundou conselho de modo privado.” [12]

Carolina também comenta sobre o que ela espera da atuação do COMDIPLGBTI+ junto à gerência de diversidade: “Na gerência, a gente vai fazer projeto para capacitação de servidores. Em que sentido? Para o servidor entender o que que é orientação sexual, identidade de gênero, quais existem, como lidar com as especificidades de cada um. (...) Porque veja, como que você vai fazer a orientação correta para uma pessoa trans, por exemplo, sobre a saúde dela, se você não souber, por exemplo, o que que é uma pessoa trans. Essa pessoa trans ela pode ter feito uma cirurgia de redesignação sexual e ter um órgão diferente daquilo que você tá pensando, ou

ela pode não ter passado por uma cirurgia de redesignação e ter por exemplo um homem com vagina. Esse homem com vagina precisa ir para o ginecologista. Se o atendente não tiver uma orientação adequada ele pode acabar até sem querer praticando um preconceito, essa pessoa se sentir mal e não voltar mais para fazer o preventivo, isso não tem impacto na saúde?” [12]

Outra área esperada de atuação é na segurança pública: “E a gente também tem um projeto para fazer a capacitação de guardas municipais. Então a gente vai ver qual que é a dificuldade dessa guarda municipal e vamos fazer um material voltado para essa guarda municipal. Como que eu vou fazer o atendimento de uma mulher periférica, travesti, que às vezes está ali na rua. A gente sabe que a gente tem um problema muito sério de empregabilidade das pessoas trans e travestis. E às vezes a pessoa se vê na situação de exploração sexual, e ela tem dificuldade de sair daquilo, e ela acaba ficando naquele meio. E a segurança pública se incomoda. Mas ela se incomoda sem a orientação, ela se incomoda de uma maneira que não é a forma adequada de se incomodar, entende? Então ela precisa de uma orientação a respeito disso, ter um olhar diferente, um atendimento diferenciado para essas pessoas.” Carolina também diz: “Então, às vezes eles vão se deparar com uma situação de LGBTfobia, como que eu lido com essa situação de LGBTfobia? Uma orientação adequada vai suprir essa necessidade, desse guarda municipal, seria interessante fazer com a polícia militar também. [...] Só uma pessoa que passou por situações de constrangimento ou LGBTfobia, pode relatar como faz falta essa orientação para as pessoas que trabalham no serviço público.” [12]

Para Hebert Villela, empregabilidade é uma das pautas que o conselho pretende abordar: “As pautas que estão em andamento junto ao Poder Executivo, as mais recentes, estamos começando com a questão da empregabilidade. Tá tendo um apoio aí de organizações nacionais como a Aliança Nacional, o Grupo Dignidade, e juntos aos movimentos daqui e levando uma proposta de empregabilidade da população LGBTI+ de Maringá, principalmente da população trans e travesti. Quando a gente fala empregabilidade é uma coisa muito mais ampla do que dar emprego. E sim é desde lá dar capacitação para as pessoas que precisam de emprego e capacitação para os empregadores que vão oferecer o emprego e receber essas pessoas. Então tem todo um contexto, está sendo trabalhado isso.”

Para o advogado, outra pauta do conselho é a capacitação: “Também está em andamento, essa última semana, foi passado uma proposta para a gerência de diversidade com relação à capacitação dos servidores públicos de Maringá, de algumas secretarias. Inicialmente, que é a mais sensível aí, que lida com população, que a Secretaria de Saúde. Então tá sendo elaborado um planejamento, um projeto onde vai ser oferecido cursos oficinas, expedido algumas cartilhas de como tratar de forma humana e digna à população LGBTI+ na área da saúde. E depois a gente pretende atingir outras secretarias: Segurança Pública, Educação. Então aí voltando né, a gente cai na educação, a gente só quer capacitar os servidores de forma a atender de forma humanizada a população LGBTI+. É desse jeito que a gente quer atingir as pessoas. E não mexendo com qualquer outra esfera.” [65]

Para Saulo Gaspar, será possível trabalhar junto ao COMDIPLGBTI+ para desenvolver po-

líticas públicas: “Quando é um projeto de lei é algo concreto, ninguém vai tirar quando é lei. Mas eu entendo assim, que quando há um outro caminho igual o conselho maringaense dos direitos da população LGBTI+ que é essa movimentação que tá acontecendo, que é só da sociedade civil, é uma oportunidade também de nós trabalharmos juntos, de nós conquistarmos juntos, de nós fazermos o controle social juntos. É possível fazer as coisas juntos, mesmo sem ser um projeto de lei.” [18]

Saulo também afirma: “E digo mais, é uma chance, uma oportunidade única de a gente demonstrar, e da gente comprovar, que o trabalho nada mais é do que esse, a proposta é essa, só não é um projeto de lei, mas o objetivo é o mesmo. Então assim, eu vejo com bons olhos tudo que é criado com benefício e pensando no bem comum da população LGBTI+.” [18]

4.12 Reflexões sobre o que poderia ter sido feito

Sobre as ações que poderiam ter sido feitas para aumentar a chance de aprovação do projeto do conselho, Jéssica Magno afirma que o Poder Executivo poderia ter feito mais, pedindo apoio para sua bancada na câmara [23]. Luiza Beltran afirma que a rejeição é resultado do problema estrutural da desinformação da população e que não enxerga um ponto único que teria revertido o resultado, apenas ações de longo prazo como informação, conscientização, e debates [9]. Para Fran Rocha, seria necessário investir em políticas públicas para diminuir a intolerância [57]. Carolina Cleópatra diz que o processo deveria ter sido realizado com mais tempo, fazendo uma conscientização [12].

Saulo Gaspar elabora: “Eu acredito que nós poderíamos ter trabalhado diferente. Com mais calma, com mais tranquilidade, trazer mais discussões entre sociedade civil, governo, vereadores. Trazer mais elementos, trazer mais importância. Saber porque estamos aqui com esse projeto para onde queremos chegar. Eu acho que a gente, com esse ponto aí, sabe, chamar todas as sociedades, chamar todos os movimentos que são LGBT ou não são LGBT, fazer um chamamento ou uma conferência. Colocar na evidência para Maringá toda saber que essa proposta, desse projeto 16058/2021, era para isso simplesmente. Era para ser um controle social, para contribuir, para trazer demandas para a gestão, para o Executivo.” Gaspar diz que chamar mais setores da sociedade maringaense para participar das discussões seria positivo: “Eu acho que faltou mais essa preparação. Faltou um plano melhor de ações que pudesse trazer todas essas discussões de forma bem assim transparente, mais ampla, mais horizontal. Quando eu falo mais horizontal, chamar mais Maringá, não só o nosso público. E nos reunir todo mundo para que de fato nós pudéssemos, de fato, ser aprovado o projeto. Porque o projeto é fantástico. Não tem nada além do que direitos para essa população também.” [18]

Para Hebert Villela, poderia ter sido feito um trabalho maior de advocacy: “Hoje depois que a gente passou por tudo isso e aprendeu com os erros, a gente poderia ter feito mais o que a gente chama de advocacy, que são as conversas em gabinetes de cada vereador. Foi feito com o prefeito mas a gente poderia ter enfatizado mais com o Poder Executivo.” Villela também

afirma: “Poderia ter chamado para um debate essas pessoas que se opuseram a criação do conselho, para dirimir as dúvidas dessas pessoas. ‘O quê que vocês estão entendendo que esse conselho é?’, ‘desse jeito’, ‘não, é desse jeito’; ‘como que ele vai funcionar?’, ‘é desse jeito’. E às vezes a gente poderia até acatar alguns pontos que essas pessoas poderiam colocar.” [65]

Além dessas ações Hebert diz que não há muito mais que poderia ter sido feito: “Mas eu acho que com relação ao que os movimentos poderiam ter feito seria isso. Não muito mais que isso porque fugiu do nosso alcance. O que aconteceu depois estava meio que de má fé aí diluído na sociedade. Mas a articulação, ela poderia ter sido um pouco melhor. Mas aprendemos que foi uma articulação muito boa, a gente tirou muito proveito disso.” [65]

4.13 Dicas para quem for implementar algo similar

Como dica para pessoas em outras cidade que estejam considerando implementar um projeto similar, Carolina Cleópatra defende fazer um advocacy de qualidade e com bastante tempo, além de fazer uma preparação psicológica devido à possibilidade de ser alvo de fake news, ofensas, xingamentos, e até agressão física [12]. Luiza Beltran sugere fazer um movimento organizado e bem pensado com outras pessoas LGBT da sua cidade e procurar pessoas com um conhecimento técnico e pessoas vereadoras [9].

Fran Rocha afirma que é importante buscar um apoio antes apresentar o projeto: “Façam. Façam. Tentem criar uma rede de apoio institucional. Não basta a gente movimentar a população. Não basta a gente ir para frente da câmara, não basta. A articulação ela realmente ela tem que ser um pouco mais profunda, um pouco mais forte, muito bem pensada. Então as pessoas precisam fazer realmente um trabalho ali desde a base, conversando com cada vereador, antes mesmo talvez de procurar o Executivo, e tentar criar esse grupo de apoio principalmente institucional. Claro que não vai ser suficiente, talvez, dependendo da realidade local.”

Para Fran, independente do resultado, realizar o processo já é uma vitória: “Mas é muito importante que se faça, ainda que da negativa. Porque nós conseguimos trazer para a visibilidade essas demandas. Nós conseguimos mostrar que estamos aqui, estamos articulados, que precisamos de políticas públicas, e que nós vamos atuar. Em caso de rejeição, vamos criar o conselho da mesma maneira que nós criamos em Maringá: um conselho independente, privado. Uma associação privada, então não tem esse caráter público, mas tem uma grande possibilidade de atuação.” [57]

Hebert Villela defende o diálogo, especialmente com os atores relevantes, como ferramenta para trazer maior entendimento: “Pelo histórico que nós passamos, que seja elaborado o projeto junto com o Poder Executivo, Legislativo. Porque a nossa pauta é uma pauta muito sensível. As pessoas elas ficam muito moralistas quando falam da pauta LGBT. Então para que isso não ocorra, chame todos os atores que vão participar desse processo de constituição. Tanto da escrita da lei, depois da votação e da implementação da lei. Chame todas as pessoas importantes, aquelas que não entendem, para poder dialogar. Eu acho que o diálogo é a melhor solução. Nós

tentamos fazer isso, entretanto foi um espaço de tempo muito curto e também não houve assim uma abertura.”

Para Villela, o apoio de instituições de âmbito nacional podem auxiliar no processo: “Outro conselho também seria procurar organizações que promovem direitos da população LGBT, que atuam aí na esfera nacional, que proporcionam meios de conseguir trabalhar essas questões. Nós temos aí a Aliança Nacional, a ABGLT, a ANTRA, que são instituições renomadas no Brasil e que sabem lidar nesse processo legislativo de leis. Então consultem essas pessoas, pedem o apoio delas. Não só o apoio formal, mas o apoio de ir até lá e conversar junto aos seus vereadores e ao prefeito da cidade.” [65]

5 Conclusões

Por meio dos dados apresentados foi possível ter um entendimento do contexto por trás do projeto de criação do Conselho Municipal de Direitos LGBTI+. Com isso se pode conhecer algumas das principais pessoas que contribuíram para que o projeto do conselho viesse a existir, compartilhar um pouco da sua experiência das suas atuações em organizações e ações ligadas ao tema de direitos para a população LGBTI+. Ficou registrado os objetivos desejados pelos organizadores, assim como o processo de elaboração junto com os diversos movimentos LGBTI+ de Maringá. Conhecemos algumas das articulações que foram feitas anteriormente como o projeto de legislação sobre o uso de nome social no município, e a criação do cargo de gerência de diversidade. É explorado como que se deu a recepção positiva do projeto no executivo, sendo facilitada pela gerência de diversidade. Registramos que tipos de contatos de articulação que se deram entre os organizadores do projeto e o poder legislativo, e como eles enxergaram a mudança em seus posicionamentos. Resumimos as principais manifestações feitas, em especial na internet, por vereadores, deputados, e pessoas da sociedade civil. Contamos as movimentações realizadas após a rejeição na Câmara que deram origem ao COMDIPLGBTI+. Com isso é possível obter uma síntese desse episódio na história de Maringá, que também se repete em outras cidade do país.

Referências

- [1] Ordem dos Advogados do Brasil Subseção de Maringá. *Nota de Apoio*. Ago. de 2021. URL: <https://docs.google.com/document/d/1CJEUieBW24RA1bAowknnIkkNMMz-84ds/edit>.
- [2] Tiago Almeida. *Post no Facebook de 19 de agosto de 2021*. Ago. de 2021. URL: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=617197265919481>.
- [3] Tiago Almeida. *Post no Facebook de 21 de agosto de 2021*. Ago. de 2021. URL: <https://www.facebook.com/100000108565412/videos/1925573184287223/>.
- [4] Alexandre Amaro. *Post no Instagram em 1 de setembro de 2021*. Set. de 2021. URL: <https://www.instagram.com/p/CTSxE1AFSEq/>.
- [5] Alexandre Amaro. *Post no Instagram em 2 de setembro de 2021*. Set. de 2021. URL: <https://www.instagram.com/p/CTVIcwbl1hg/>.
- [6] Instituto São Roberto Belarmino. *11 MOTIVOS POR QUE NÃO TER UM CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS LGBTI+ EM MARINGÁ*. Ago. de 2021. URL: <https://www.instagram.com/p/CTQJDIAhwgc/>.
- [7] Instituto São Roberto Belarmino. *SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS LGBTI+*. Ago. de 2021. URL: <https://www.instagram.com/p/CS-v4JtAqy4/>.
- [8] Instituto São Roberto Belarmino. *Vídeo publicado no dia 4 de setembro de 2021*. Ago. de 2021. URL: <https://www.instagram.com/p/CTaunNbptdD/>.
- [9] Luiza Alvarez Beltran. *Entrevista com Luiza Alvarez Beltran*. Mar. de 2022. URL: https://quaseconselho.com.br/entrevistas/luiza_beltran/.
- [10] Núcleo LGBT do Caop Direitos Humanos do MPPR. *Nota de Apoio*. Ago. de 2021. URL: https://drive.google.com/file/d/1D81P56Wj_0wfGYddnB8a1y3p0b1HZLBj/view.
- [11] Núcleo da Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Paraná. *Nota de Apoio*. Ago. de 2021. URL: <https://drive.google.com/file/d/12-AphBLJ0T-f8gsTtEqyttK312P-Jm7m/view>.
- [12] Carolina Cleópatra. *Entrevista com Carolina Cleópatra*. Mar. de 2022. URL: https://quaseconselho.com.br/entrevistas/carolina_cleopatra/.
- [13] Diretoria de Comunicação. *Prefeitura implantará Conselho Municipal LGBTQIA+ em Maringá*. Jun. de 2021. URL: <http://www.maringa.pr.gov.br/site/noticias/2021/06/22/prefeitura-implantara-conselho-municipal-lgbtqia-em-maringa/37851>.

- [14] Comissão de Direito Homoafetivo e Gênero do IBDFAM. *Nota de Apoio*. Ago. de 2021. URL: <https://drive.google.com/file/d/16UoDaoxm6-AOF7bKIRDaBid079WSLIEL/view?usp=sharing>.
- [15] Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Paraná. *Nota de Apoio*. Ago. de 2021. URL: <https://drive.google.com/file/d/1tYt-0EJwiffj4cAFPYe8zK2y0QH0ycDz/view?usp=sharing>.
- [16] Diversos. *Emendas ao projeto de lei 16.058/2021*. Ago. de 2021. URL: <https://drive.google.com/file/d/1nN9no0YvE0En2yzwYhpHppyA5FE0kJg/view>.
- [17] Sidnei Oliveira Telles Filho. *Requerimento 1157/2021*. Ago. de 2021. URL: http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=42889.
- [18] Saulo Gaspar. *Entrevista com Saulo Gaspar*. Mar. de 2022. URL: https://quaseconselho.com.br/entrevistas/saulo_gaspar/.
- [19] Mário Hossokawa. *Post do Mário Hossokawa*. Ago. de 2021. URL: <https://www.instagram.com/p/CS-E7FXn2TL/>.
- [20] Odacir Fiorini Júnior. *Entrevista com Odacir Fiorini Júnior*. Mar. de 2022. URL: https://quaseconselho.com.br/entrevistas/odacir_junior/.
- [21] Cris Lauer. *Live da Cris Lauer*. Set. de 2021. URL: <https://www.instagram.com/p/CTSNhyqnUTi/>.
- [22] Cris Lauer. *Tweet da Cris Lauer*. Set. de 2021. URL: https://twitter.com/Crislauer_/status/1433397660698955776.
- [23] Jéssica Magno. *Entrevista com Jéssica Magno*. Mar. de 2022. URL: https://quaseconselho.com.br/entrevistas/jessica_magno/.
- [24] Ulisses Maia. *Tweet em 23 de junho de 2021*. Jun. de 2021. URL: <https://twitter.com/UlissesMaia/status/1407801261873893377>.
- [25] Ulisses Maia. *Tweet em 28 de junho de 2021*. Jun. de 2021. URL: <https://twitter.com/UlissesMaia/status/1409466710260961281>.
- [26] Flávio Mantovani. *Post do Flávio Mantovani*. Ago. de 2021. URL: <https://www.instagram.com/p/CSb3cB7gUee/>.
- [27] Homero Marchese. *Post no Instagram de 2 de setembro de 2021*. Set. de 2021. URL: <https://www.instagram.com/p/CTUot4LNF6Y/>.
- [28] Homero Marchese. *Vídeo no Instagram de 1 de setembro de 2021*. Set. de 2021. URL: <https://www.instagram.com/p/CTRpUVMnkNq/>.
- [29] Coalizão LGBTI+ de Maringá. *Página do Instagram que era da Coalizão LGBTI+ de Maringá*. Ago. de 2021. URL: <https://www.instagram.com/comdiplgbti/>.

- [30] Coalizão LGBTI+ de Maringá. *Post no Facebook do dia 20 de agosto de 2021*. Ago. de 2021. URL: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=110681394661067>.
- [31] Coalizão LGBTI+ de Maringá. *Post no Instagram do dia 1 de setembro de 2021*. Set. de 2021. URL: <https://www.instagram.com/p/CTSDEzvAA5b/>.
- [32] Coalizão LGBTI+ de Maringá. *Post no Instagram do dia 28 de agosto de 2021*. Ago. de 2021. URL: <https://www.instagram.com/p/CTIoef8gudk/>.
- [33] Coalizão LGBTI+ de Maringá. *Post no Instagram do dia 30 de agosto de 2021*. Ago. de 2021. URL: <https://www.instagram.com/p/CTNEU4bgYPE/>.
- [34] Coalizão LGBTI+ de Maringá. *Post no Instagram do dia 31 de agosto de 2021*. Set. de 2021. URL: <https://www.instagram.com/p/CTQDNyvtvNK0/>.
- [35] Coalizão LGBTI+ de Maringá. *Vídeo no Facebook do dia 1 de setembro de 2021 com Marcel Jeronymo*. Set. de 2021. URL: <https://www.facebook.com/100071576215045/videos/206890324829299/>.
- [36] Coalizão LGBTI+ de Maringá. *Vídeo no Facebook do dia 26 de agosto de 2021 com Beatriz Fleury*. Ago. de 2021. URL: <https://www.facebook.com/100071576215045/videos/570034250805693/>.
- [37] Coalizão LGBTI+ de Maringá. *Vídeo no Facebook do dia 26 de agosto de 2021 com Toni Reis*. Ago. de 2021. URL: <https://www.facebook.com/100071576215045/videos/1510679945943871/>.
- [38] Coalizão LGBTI+ de Maringá. *Vídeo no Facebook do dia 26 de agosto de 2021 com Vanessa Sial*. Ago. de 2021. URL: <https://www.facebook.com/100071576215045/videos/807246153300311/>.
- [39] Coalizão LGBTI+ de Maringá. *Vídeo no Facebook do dia 28 de agosto de 2021*. Ago. de 2021. URL: <https://www.facebook.com/100071576215045/videos/565721767941889/>.
- [40] Jovem Pan Maringá. *Pan News 01/09 | Conselho LGBTQIA+ é ou não necessário?* Set. de 2021. URL: <https://www.youtube.com/watch?v=jq4FdITV57I>.
- [41] Jovem Pan Maringá. *Pan News 02/09 | Conservadores são contra o conselho LGBT?* Set. de 2021. URL: <https://www.youtube.com/watch?v=k-g1-px3TuU>.
- [42] Jovem Pan Maringá. *Pan News 03/09 | Vereadores rejeitam conselho LGTBIA+ por 10 a 4*. Set. de 2021. URL: https://www.youtube.com/watch?v=i5-e74q1m_4.
- [43] Jovem Pan Maringá. *Pan News 06/09 | Manifestações de 7 de setembro, a pátria está em risco?* Set. de 2021. URL: <https://www.youtube.com/watch?v=le7cFIYZKJw>.
- [44] Jovem Pan Maringá. *Pan News 18/08 | Polêmica! Mesmo com votos contra conselho LGBTQIA+ é aprovado*. Ago. de 2021. URL: <https://www.youtube.com/watch?v=p68JV1-PhnE>.

- [45] Jovem Pan Maringá. *Pan News 19/08 | Câmara vota em 2ª discussão conselho LGBTQIA+*. Ago. de 2021. URL: <https://www.youtube.com/watch?v=J6maoBEGy1Q>.
- [46] Jovem Pan Maringá. *Pan News 20/08 | Chefe da casa civil fala sobre novo modelo de pedágio no PR*. Ago. de 2021. URL: <https://www.youtube.com/watch?v=iTWZJJJeE1RQ>.
- [47] Prefeitura de Maringá. *A Importância de um Conselho Municipal de Direitos LGBTI+*. Ago. de 2021. URL: <https://www.youtube.com/watch?v=wM0b9yM1enM>.
- [48] Prefeitura de Maringá. *Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Maringá para o exercício financeiro de 2022*. Dez. de 2021. URL: <http://venus.maringa.pr.gov.br:8090/portalthransparencia-api/api/files/arquivo/502224>.
- [49] TV Câmara Maringá. *Sessão Ordinária 02/09/2021*. Set. de 2021. URL: <https://www.youtube.com/watch?v=Bz4ffa933tg>.
- [50] TV Câmara Maringá. *Sessão Ordinária 17/08/2021*. Ago. de 2021. URL: <https://www.youtube.com/watch?v=9iKV8ubrsec>.
- [51] TV Câmara Maringá. *Sessão Ordinária 19/08/2021*. Ago. de 2021. URL: <https://www.youtube.com/watch?v=PLpygsr3q0w>.
- [52] TV Câmara Maringá. *Sessão Ordinária 31/08/2021*. Ago. de 2021. URL: <https://www.youtube.com/watch?v=DR78EUZrQ7Q>.
- [53] Ordem dos Pastores Evangélicos de Maringá. *Post no Facebook de 1 de setembro de 2021*. Set. de 2021. URL: <https://www.facebook.com/opemnga/videos/196064322588515>.
- [54] Ordem dos Pastores Evangélicos de Maringá. *Post no Facebook de 23 de agosto de 2021*. Ago. de 2021. URL: <https://www.facebook.com/opemnga/photos/a.223348488422999/1021603665264140/>.
- [55] Ordem dos Pastores Evangélicos de Maringá. *Post no Facebook de 3 de setembro de 2021*. Set. de 2021. URL: <https://www.facebook.com/opemnga/videos/395254975308364>.
- [56] Um Gole de Prosa. *Episódio do programa Um gole de Prosa do dia 31 de agosto de 2021*. Ago. de 2021. URL: <https://www.facebook.com/umgoledeprosa/videos/439620180769193/>.
- [57] Fran Rocha. *Entrevista com Fran Rocha*. Mar. de 2022. URL: https://quaseconselho.com.br/entrevistas/fran_rocha/.
- [58] Ana Lúcia Rodrigues. *Entrevista com Ana Lúcia Rodrigues*. Mar. de 2022. URL: https://quaseconselho.com.br/entrevistas/ana_lucia/.
- [59] Rafael Roza. *5 FATOS SOBRE A IDEOLOGIA DE GÊNERO*. Ago. de 2021. URL: <https://www.instagram.com/p/CSuSZ2eAcZQ/>.

- [60] Rafael Roza. *CMM reprova criação do Conselho LGBTI+*. Set. de 2021. URL: <https://www.instagram.com/p/CTUoxisA4Ne/>.
- [61] Rafael Roza. *Membro do grupo LGBTI+ tenta agredir Vereador Rafael Roza*. Set. de 2021. URL: https://www.instagram.com/p/CTUvZcpD_DY/.
- [62] Rafael Roza. *MOTIVOS PARA SER CONTRA O CONSELHO LGBTI+*. Ago. de 2021. URL: <https://www.instagram.com/p/CTPdjhqgM2i/>.
- [63] Sidnei Telles. *Reportagem Band*. Ago. de 2021. URL: <https://www.instagram.com/p/CSzsSvyHT3j/>.
- [64] Sidnei Telles. *Reportagem RPC*. Ago. de 2021. URL: <https://www.instagram.com/p/CSxNEh5na5w/>.
- [65] Hebert Villela. *Entrevista com Hebert Villela*. Mar. de 2022. URL: https://quaseconselho.com.br/entrevistas/hebert_villela/.